



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Formação de Professores

Aline Abreu de Sousa Reis

**Memória e Patrimônio de São Gonçalo: uma proposta pedagógica
de elaboração de um acervo por alunos da Educação Básica**

São Gonçalo
2024

Aline Abreu de Sousa Reis

Memória e Patrimônio de São Gonçalo: uma proposta pedagógica de elaboração de um acervo por alunos da Educação Básica



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História

Orientador: Prof. Dr. Luiz Reznik

São Gonçalo

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

R375 Reis, Aline Abreu de Sousa.
TESE Memória e Patrimônio de São Gonçalo: uma proposta pedagógica de elaboração de um acervo por alunos da Educação Básica / Aline Abreu de Sousa Reis. – 2024.
107f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Luíz Reznik.
Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. História – Estudo e ensino – Teses. 2. São Gonçalo (RJ) – História local – Teses. 3. Patrimônio cultural – São Gonçalo (RJ) – Teses. I. Reznik, Luíz. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB/7 - 4994

CDU 93(07)

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Aline Abreu de Sousa Reis

Memória e Patrimônio de São Gonçalo: uma proposta pedagógica de elaboração de um acervo por alunos da Educação Básica

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História

Aprovada em 07 de março de 2024.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luís Reznik (Orientador)

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof^a. Dra. Michele de Barcelos Agostinho

Universidade Federal do Rio de Janeiro – MN/UFRJ

São Gonçalo

2024

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha filha Mariana, que nasceu durante a produção desta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus. Sem Ele, não conseguiria ter chegado até aqui.

Agradeço também aos meus pais, que apesar do pouco estudo que tiveram, sempre acreditaram na educação como forma de transformação.

Ao meu companheiro Thiago de Miranda Reis, que me acompanhou durante toda essa trajetória. Várias vezes ouviu as minhas angústias e viu o meu desespero, mas sempre com uma palavra de incentivo para eu não desistir.

Aos meus colegas de trabalho, em especial a Erika Minas e Janaína Seabra.

Agradeço aos meus colegas de turma do ProfHistória, em especial a Kelly Sodré, que esteve presente de forma mais próxima ao longo do mestrado escutando minhas aflições e sempre me dando força. Era uma incentivando a outra. Obrigada, amiga!

Não posso deixar de agradecer ao meu orientador Luís Reznik, que em uma de nossas conversas disse algo que me marcou profundamente: que a minha filha merece uma mãe mestre. Obrigado Luís pela paciência e por não ter desistido de mim.

À minha Mariana, minha filha que mesmo ainda bebê foi o maior incentivo para a conclusão desta dissertação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.

Paulo Freire

RESUMO

REIS, Aline Abreu de Sousa. *Memória e Patrimônio de São Gonçalo*: uma proposta pedagógica de elaboração de um acervo por alunos da Educação Básica. 2024. 107f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

Este trabalho nasce dos meus questionamentos em sala de aula referentes ao meu fazer diário como professora. Nele, busca-se refletir sobre as possibilidades e os desafios para uma aprendizagem para além dos muros da escola. Apresento uma alternativa para o padrão de aula tradicional, no qual o conteúdo privilegiado foca em uma história que, por vezes, não se relaciona com o aluno. Ressalto a história local, com destaque para o município de São Gonçalo, enquanto uma ferramenta para o ensino de história, já que ela insere na sala de aula as vivências, ou, aquilo que é próximo ao estudante. A questão da memória e da identidade também é mobilizada durante o trabalho com a história local. A memória sendo compreendida como uma construção e fator constituinte da identidade. A história local associada a educação patrimonial coloca em evidência a produção de um acervo elaborado pelos alunos. Dessa forma, os estudantes se apresentam como sujeitos históricos que participam de forma ativa no processo de construção e desconstrução da memória local.

Palavras-chave: ensino de História; memória e identidade; patrimônio; acervos e museus; história local; São Gonçalo; educação patrimonial.

ABSTRACT

REIS, Aline Abreu de Sousa. *Memory and Heritage of São Gonçalo: a pedagogical proposal for the creation of collection by Basic Education students*. 2024. 107f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

This work, born from my questions in the classroom, refers to my daily work as a teacher and seeks to reflect on the possibilities and challenges for learning beyond the school walls. I present an alternative to the traditional class pattern, in which the privileged content is focused on an official history that does not relate to the student. With an emphasis on the municipality of São Gonçalo, Rio de Janeiro (Brazil), such alternative highlights local history as a tool for teaching history by inserting experiences into the classroom with historic and geographic elements that are close to the student. The issue of memory and identity is also mobilized during the work with local history. Memory being understood as a construction and as a constituent factor of identity. Local history associated with heritage education underlines the production of a collection created by students, understood as historical subjects who actively participate in the process of construction and deconstruction of local memory.

Keywords: history teaching; memory and identity; heritage; collections and museums; local history; São Gonçalo; heritage education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Morando em São Gonçalo, você sabe como é	58
Figura 2 –	Jarra de cerâmica	59
Figura 3 –	Nota sobre a jarra	60
Figura 4 –	Foto dos avôs	61
Figura 5 –	Nota sobre a foto dos avôs	61
Figura 6 –	Jaquetinha	62
Figura 7 –	Nota sobre a jaquetinha	62
Figura 8 –	Álbum de fotos	63
Figura 9 –	Nota sobre o álbum de fotos	63
Figura 10 –	Livro	64
Figura 11 –	Nota sobre o livro	64
Figura 12 –	Boneca de pano	66
Figura 13 –	Nota sobre a boneca de pano	66
Figura 14 –	Carrinhos	67
Figura 15 –	Nota sobre os carrinhos	67
Figura 16 –	Livro infantil	68
Figura 17 –	Nota sobre o livro infantil	68
Figura 18 –	Inauguração da escola mais tarde batizada como Augusto Cezário Diaz André	70
Figura 19 –	Atual entrada da escola Augusto Cezário Diaz André	70
Figura 20 –	Quadro de Augusto Cezário Diaz André	71
Figura 21 –	Mastro	72
Figura 22 –	Quadro da Professora Priscila	73

Figura 23 –	Foto de formatura	74
Figura 24 –	Diploma	75
Figura 25 –	Professora de História Adenilza e ex-aluna Rosemere	75
Figura 26 –	Apostila	76
Figura 27 –	Igreja de Nossa Senhora da Conceição	77
Figura 28 –	Cemitério de Pacheco	78
Figura 29 –	Herma de homenagem ao Barão de São Gonçalo, no Cemitério de Pacheco	79
Figura 30 –	Shopping Pátio Alcântara (1)	80
Figura 31 –	Shopping Pátio Alcântara (2)	80
Figura 32 –	Trade Center Alcântara (Prédio do Relógio)	81
Figura 33 –	Fazenda do Engenho Novo	82
Figura 34 –	Fazenda Colubandê	83
Figura 35 –	Igreja Matriz de São Gonçalo de Amarante	85
Figura 36 –	Desfile cívico-militar	87
Figura 37 –	Tapete de sal (1)	88
Figura 38 –	Tapete de sal (2)	88
Figura 39 –	Festa de Nossa Senhora da Conceição (1)	89
Figura 40 –	Festa de Nossa Senhora da Conceição (2)	90
Figura 41 –	Carnaval de rua (1)	91
Figura 42 –	Carnaval de rua (2)	91
Figura 43 –	Festival de Pipas no Clube Mauá	92
Figura 44 –	Folia de Reis (1)	93
Figura 45 –	Folia de Reis (2)	93
Figura 46 –	Festa do Padroeiro São Gonçalo do Amarante	94

Figura 47 –	Alto do Gaia	95
Figura 48 –	Caverna Santa Izabel (Grutas de Caulim)	96
Figura 49 –	Praia das Pedrinhas (1)	97
Figura 50 –	Praia das Pedrinhas (2)	97
Figura 51 –	Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno (1)	98
Figura 52 –	Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno (2)	98
Figura 53 –	Ilha das Flores	99
Figura 54 –	Área de Proteção Ambiental de Maria Paula	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
BNCC	Base nacional Comum Curricular
CF	Constituição Federal
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IMN	Inspetoria de Monumentos Nacionais
LDB	Leis de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
PCN	Parâmetros curriculares nacionais
SPHAN	Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	HISTÓRIA LOCAL E O ENSINO DE HISTÓRIA	18
1.1	História Local e Currículo	21
1.2	Educação Patrimonial	28
2	MEMÓRIA E PATRIMÔNIO	32
2.1	Memória	33
2.2	Patrimônio	39
3	O PROCESSO	49
3.1	Primeira etapa	50
3.2	Segunda etapa	52
3.3	Terceira etapa	53
4	A EXPOSIÇÃO	58
4.1	Sala 1: Objetos da Vida Privada	59
4.2	Sala 2: Escola	69
4.3	Sala 3: Cimento e Cal	77
4.4	Sala 4: Festas e Acontecimentos	86
4.5	Sala 5: Lugares	95
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
	REFERÊNCIAS	104

INTRODUÇÃO

Acredito que a maioria dos alunos quando se forma na graduação tenha o desejo de trabalhar na sua área e de dar continuidade à sua formação acadêmica. Com a rotina do dia a dia e a jornada de trabalho, porém, esse desejo aos poucos vai se tornando cada vez mais distante.

Não foi diferente comigo. Quando me formei na Faculdade de Formação de Professores – UERJ tinha o desejo de fazer um mestrado, dar continuidade a minha formação. Entretanto, com a necessidade de trabalhar e os anos passando, a volta à academia se tornava cada vez mais distante. Com o tempo esse desejo ficou um pouco de lado e outras áreas da minha vida foram ganhando prioridade, me dedicando ao trabalho e à minha família.

Atualmente leciono na rede pública estadual do Rio de Janeiro, cargo que exerço há mais de 10 anos. Especificamente no município de São Gonçalo e na rede pública municipal de Itaboraí. Durante esses anos, refletindo sobre a minha prática docente, pude perceber o grande desinteresse da maioria dos alunos pela disciplina História. A maioria acha a disciplina chata, sem importância, que ela apenas fala de coisas antigas ou de gente morta. Isso me frustra um pouco, mas também me faz pensar no que posso tentar para mudar essa impressão dos alunos. O que fazer para sair desse círculo vicioso de uma história oficial e com uma visão eurocêntrica, que não tem aproximação com o aluno e a sua realidade?

Quando surgiu o ProfHistória, vi ali a possibilidade que eu tanto queria de fazer um mestrado e, é claro, repensar o meu fazer docente. Óbvio que não seria fácil, demorei um pouco até que conseguisse passar no processo seletivo. Mas enfim o meu desejo de voltar à academia estava acontecendo e eu estava muito animada.

Quando o mestrado começou em 2020 a minha expectativa era grande, no entanto, não esperava o que aconteceria. Todos nós fomos surpreendidos com a pandemia da Covid-19 que nos obrigaria a ficarmos em casa, em quarentena por vários meses. As aulas na escola passaram a ser medidas por uma plataforma online ou com o uso de apostilas retiradas pelos alunos na escola. E as aulas do mestrado que eu estava tão ansiosa para o seu início, só tive uma de forma presencial; todo o restante se deu de modo remoto, online. O contato e a interação

professor/aluno e aluno/aluno não ocorreu. Mas seguimos firmes. Não foi tranquilo voltar à leitura e às discussões de conceitos acadêmicos, já que estava fora da academia há vários anos, assim como não foi fácil voltar a escrever no nível que o mestrado exige de uma escrita formal.

Ao longo das aulas do mestrado, das leituras e discussões, o repensar do meu fazer docente era constante. Quando iniciei o mestrado ainda não tinha uma ideia de projeto pronta na minha cabeça, mas ao longo do curso algo que sempre me incomodou desde a época da graduação começou a aparecer: a preocupação com o local, nesse caso, São Gonçalo.

A pergunta que se faz é “por que São Gonçalo?”. A minha vida toda foi nessa cidade. Sou moradora, nasci e cresci aqui e todos os meus estudos foram realizados nesse município. Acredito que durante a minha formação na graduação passei a refletir e ter um novo olhar para a cidade. Creio que a maioria das pessoas deve pensar que São Gonçalo não tem nada, além de pobreza e violência, mas imagino que se tivermos a chance de um novo olhar, vamos observar o município sobre outra perspectiva.

Sempre me questioneei por que São Gonçalo não privilegia a sua história. Não vemos a preocupação do poder público em preservar seus patrimônios culturais. Sei que isso não é algo restrito a essa cidade, ocorre em outras localidades. Porém, como também trabalho em Itaboraí, lá vejo uma preocupação da municipalidade em destacar sua história. Tanto no Fundamental I como no Fundamental II, que é o segmento no qual leciono, sempre há uma preocupação do poder público em resgatar a memória do município e para que nós, professores, trabalhemos com a história de Itaboraí em sala de aula. Mas voltando a São Gonçalo, vejo que o mesmo não ocorre. Não percebo uma ação do governo em ressaltar a história local e em preservar seus patrimônios culturais.

As dificuldades que encontramos no nosso dia a dia em sala de aula durante o processo de ensino-aprendizagem fazem com que procuremos diferentes estratégias para motivar os estudantes. Os conteúdos transmitidos na maioria das vezes de uma forma tradicional focam principalmente na acumulação e na memorização, não sendo assimilados pelos alunos da forma como esperamos que sejam. Em cada aula e discussão do mestrado, eu pensava no que poderia fazer para melhorar as minhas aulas e em como ajudar na formação do meu aluno. Tentando pensar em uma alternativa capaz de auxiliar e envolver os estudantes,

além de aproximá-los do passado, vi na utilização da História Local uma estratégia para essa tarefa.

A História Local tem o poder de aproximar o aluno do seu entorno, de fazer com que esse aluno tenha um outro olhar sobre aquele espaço do vivido. Como uma ferramenta, ela pode auxiliar o professor para que o ensino de história seja significativo, para que tenha sentido para o aluno, já que promove a valorização do local; do sentimento de pertencimento à comunidade. Ela torna visíveis os diferentes sujeitos e permite que o aluno possa estabelecer relações entre o local, o nacional e o global.

História e memória, apesar de parecerem semelhantes, não são a mesma coisa. A memória é anterior à História e está presente em todos os lados, em mim, na minha casa, por onde ando, no bairro, no município. É que existe um processo de seleção a respeito do que deve ser lembrado ou esquecido. E é isso o que desejo que os meus alunos compreendam: tal processo de construção e reconstrução da memória e do conhecimento histórico.

Mas trabalhar com o local por si só não era o que eu queria. Queria um algo a mais. Pensando no que que pudesse somar à História Local, busquei nos patrimônios esse acréscimo. Não só nos patrimônios já consagrados, mas também em outras possibilidades de patrimonialização.

A História Local permite que, através da memória produzida e por meio dos vestígios dela, seja desenvolvida a identidade e o sentimento de pertencimento a um determinado grupo ou comunidade. Não que essa identidade seja supervalorizada em relação às demais, levando a atitudes intolerantes e preconceituosas, mas que por meio dessa identidade os indivíduos se reconheçam frente à proximidade ou afastamento uns com os outros.

A memória individual e coletiva faz parte do indivíduo. Ela forma sua própria identidade e o faz se identificar com determinado grupo da sociedade. Os diversos espaços e objetos que existem na cidade podem contribuir na construção dessa identidade, são fragmentos de memórias. Visualizar os patrimônios já consagrados e tornar outros patrimonializados é dar a oportunidade aos alunos de se apropriarem daquela memória e ressignificá-la. O que faz com que eles possam se tornar os atores principais de suas próprias histórias e se enxerguem como sujeitos da História.

Através da relação entre história local, memória e patrimônio pode haver uma aproximação com um ensino de História que favoreça o processo de ensino/aprendizagem em sala de aula. Trabalhar com essa tríade também possibilita que os patrimônios do município sejam vistos e valorizados pela comunidade. A educação patrimonial inserida na sala de aula ainda beneficia o processo de aquisição do conhecimento, mostrando aos alunos que a História vai além dos muros escolares. Uma abertura pela qual os alunos reconheçam as memórias e histórias presentes nos patrimônios e como um importante elemento na formação de sua identidade. A participação dos estudantes é de grande importância, visto que são levadas em consideração as escolhas em relação ao que estes entendem por “patrimônio”.

A princípio, a ideia foi construir um museu virtual. Um site onde os objetos coletados pelos alunos fossem apresentados. Esse acervo do museu seria de objetos que de alguma forma sensibilizam ou poderiam sensibilizar os alunos. Itens que para eles tivessem algum valor e deveriam ser patrimonializados. Reavivar diferentes memórias e dar novos significados às já existentes. Porém, durante o caminhar desta dissertação alguns fatores levaram à alteração desta ideia inicial. Decidiu-se então desenvolver uma proposta pedagógica. Não seria mais construído um museu e sim a elaboração de uma exposição com os itens coletados pelos alunos.

Esta dissertação foi dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo aborda a História Local, destacando a sua importância como uma ferramenta potente para o ensino de História ao possibilitar relacionar aquilo que é próximo ao aluno, suas experiências e vivências, ao processo educativo. Ainda no primeiro capítulo, é desenvolvida a discussão sobre a História Local e currículo. Destaca-se, nas leis, parâmetros e orientações curriculares sobre o ensino de História, o espaço que é dedicado à História Local no ensino. Há também nesse capítulo a análise do termo “educação patrimonial” enquanto uma metodologia associável ao ensino de História.

Já no segundo capítulo, ocorre a análise e discussão dos conceitos de memória e patrimônio, com um breve histórico deste último ao longo do tempo. Nesse capítulo, ressalta-se a importância da memória individual e coletiva na formação da identidade do indivíduo, tendo em vista que este é sempre um processo de escolha. Bem como a contribuição de ambas para a preservação dos patrimônios culturais.

No terceiro capítulo, apresento a minha caminhada ao longo do mestrado e a elaboração da proposta pedagógica. Tento descrever todas as dificuldades encontradas desde o início das aulas, até as que surgiram no decorrer destas e na elaboração final da proposta pedagógica.

Finalmente, no quarto capítulo, apresento a proposta pedagógica. Nessa parte do trabalho, mostro a exposição com as respectivas salas preparadas e os objetos selecionados.

1. HISTÓRIA LOCAL E O ENSINO DE HISTÓRIA

Quando falamos do recorte de local vem logo ao nosso pensamento a ideia de um espaço territorial próximo a nós. Entretanto, mais do que simplesmente uma unidade territorial política e administrativa, reconhecida no nosso caso como um município, o local pode significar algo a mais. Este pode apresentar múltiplos ângulos, tendo sua noção amplificada.

A título de exemplificação, o local pode ser associado a uma aldeia, a uma cidade, a um bairro, a uma instituição – escolas, universidades, hospitais -, e, como escolha por vezes recorrente a um espaço político administrativo, como distritos, freguesias, paróquias, municipalidades (GONÇALVES, 2007, p. 177).

Apesar de também poder ser considerado como um espaço administrativo, delimitado por uma fronteira, ou governo, no qual um grupo de pessoas habita o mesmo território, o local é um espaço em que há uma trama de relações sociais e experiências que levam à concepção de pertencimento a um espaço coletivo. Um local de sociabilidade entre os indivíduos que se reconhecem como pertencentes àquele espaço.

[...] como destaca Alain Bourdin, o local é um lugar de sociabilidades e socializações marcado pela proximidade e pela contiguidade das relações entre os sujeitos que as estabelecem, e talvez por isso seu uso, entre sociólogos, em muito tenha sido articulado ao conceito de comunidade (GONÇALVES, 2007, p. 177).

Muito mais do que uma unidade, o local remete a um lugar/espaço de sociabilidade onde os sujeitos se relacionam e interagem, onde vivem e convivem com suas histórias. Desta forma, o uso da História Local como uma metodologia no ensino de História possibilita ao professor trazer para a sala de aula aquilo que está mais próximo dos alunos: suas experiências e vivências.

Grande parte dos alunos não se interessa pela disciplina História. Esta é abordada como uma sequência de fatos isolados que leva à memorização de conteúdo sem que haja qualquer reflexão sobre o objeto de estudo.

Visto dessa forma, o recorte do local que estamos abordando parte das experiências próximas aos alunos: construções, locais que reconhecem e vivenciam.

Isso amplia a visão do município no qual habitam. A concepção de História Local aqui abordada nos permite, assim, fazer relações entre o local, o nacional e o mundial. Apresentar ao aluno que o conhecimento histórico não é construído a partir de fatos isolados sem relação com eles, mas sim de histórias que se cruzam e se relacionam, possibilitando, por sua vez, a compressão da História.

Para esta dissertação, propomos utilizar como metodologia para o ensino de História a abordagem da história da localidade, neste caso do município de São Gonçalo. O município é considerado um espaço administrativamente delimitado no qual os indivíduos se reconhecem e identificam como pertencentes a esse território.

Ao escolher esse local como estratégia para o ensino de História, buscou-se trazer à luz as histórias do município de São Gonçalo, cidade na região metropolitana do Rio de Janeiro, bem como os espaços de vivências e experiências dos alunos. Esses estudantes frequentam a Escola Estadual Augusto Cezário Díaz André, localizada no bairro Pacheco, em São Gonçalo. É por meio desses estudantes e do seu olhar sobre patrimônio que utilizaremos a História Local como estratégia para o ensino de História. Os interlocutores fazem parte das turmas de 7º ano de 2022, principalmente das turmas 702, 703 e 704.

A escola, seu entorno e os objetos da vida privada dos discentes dão a direcionalidade deste trabalho, levando à compreensão da história do bairro e do município. Esse espaço de sociabilidade escolar e municipal deve ser apresentado de modo nuançado, ou seja, em temporalidades e espaços diversificados, distintos daqueles vivenciados pelos estudantes no presente. Dessa forma, eles podem refletir sobre o passado e o presente analisando suas permanências e rupturas.

“Em um período que muitos denominam de globalização, vivemos em um processo de fragmentação das particularidades e individualidades” (GILDATE, 2018, p. 24). Estamos vivendo em um mundo globalizado, no qual a homogeneização se manifesta diariamente por meio da internet e principalmente do acesso às mídias sociais. Nesse contexto, os alunos são constantemente bombardeados por inúmeras informações, levando-os a tentar se assemelhar àqueles que mais veem na rede, imitando comportamentos e atitudes. Contudo, ao mesmo tempo em que tentam parecer com os outros, não se identificam e não se sentem pertencentes a lugar algum. Suas particularidades e individualidades encontram-se diluídas diante desse mundo sobrecarregado de informações. Muitos não conhecem ou reconhecem a sua própria história, ou a história da sua localidade; ou seja, do seu bairro e município.

Por isso, através da História Local, cria-se a oportunidade de que os alunos conheçam e reconheçam suas próprias identidades por meio dos objetos coletados, bem como das diferentes representações e espaços ao seu redor, envolvendo temporalidades distintas. É crucial perceber que a História, como mencionado anteriormente, não é formada por fatos isolados sem relação entre si, e os estudantes, enquanto agentes ativos do processo histórico, também desempenham um papel fundamental na construção do conhecimento histórico. Ao explorarem a história de seu município, eles podem reconhecer sua própria historicidade.

Em tempos de globalizações, em que fronteiras culturais cada vez mais se deslocam numa vertiginosa circulação de idéias (*sic*), valores, práticas e comportamentos, nos parece relevante focar as análises sobre as relações entre o local e o nacional como um dos caminhos de esquadramento das identidades sociais (GONÇALVES, 2007, p. 180) .

[...] porque estamos confrontados a um fenômeno, a um conjunto de fenômenos – geralmente classificado como “globalização” ou “mundialização” – que a atenção dos historiadores, e mais amplamente dos especialistas em ciências sociais, se debruçou recentemente sobre a falta de articulação entre os diferentes níveis em que se pode apreender a organização e o funcionamento do mundo social (REVEL, 2010, p. 443).

A História Local também permite a variação do jogo de escalas, pois, por meio do micro é possível perceber questões ainda não observadas na escala macro. Compreender com a escala micro como os indivíduos no passado lidaram com e criaram estratégias diante de situações sociais nos faz perceber que esta pode ser uma nuance mais específica da escala macro. Portanto, é importante destacar que não há uma oposição entre o micro e o macro, mas sim a possibilidade de transitar entre o particular e o global, permitindo uma compreensão mais abrangente e contextualizada.

Não existe, portanto, hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global (REVEL, 1998, p. 28).

Ao apresentar a escala micro, o estudante pode refletir sobre situações que não são possíveis perceber em uma escala macro, permitindo recortes específicos de análise. Além de simplesmente apresentar ou procurar o micro, o aluno tem a oportunidade de se aproximar do passado e investigar elementos singulares e específicos, percebendo o que não é visível e estabelecendo relações com o

contexto nacional e mundial. Suas histórias não são isoladas, mas fazem parte de um processo histórico mais amplo.

Sendo assim, a História Local é o cenário que utilizaremos para criar o museu virtual dos estudantes. Ao sugerir o ensino de História do município de São Gonçalo, não desejamos fazer um estudo “menor” do objeto, o que se propõe é uma escala específica de observação que resultará em um procedimento para o ensino.

“(...) convida a pensar que é em todos os níveis, desde o mais local até o mais global, que os processos sócio-históricos são gravados, não apenas por causa dos efeitos que produzem, mas porque não podem ser compreendidos a não ser que os consideremos, de forma não linear, como a resultante de uma multiplicidade de determinações, de projetos, de obrigações, de estratégias e de táticas individuais e coletivas (REVEL, 2010, p. 443).

O espaço escolar é propício para a utilização da História Local, pois permite abordar a valorização da memória e a construção da identidade dos indivíduos. A importância dada aos saberes dos estudantes é de grande relevância para a preservação da memória e da História Local, proporcionando uma nova perspectiva ao aluno em relação ao conhecimento histórico.

A escolha de outros espaços de produção de conhecimento, alargando a visão de história e aproximando experiências vividas propiciam a emergência da diversidade cultural local, trazendo sentido à própria história, e, por conseguinte, fazendo com que o aluno e toda a comunidade percebam que são sujeitos históricos do seu próprio tempo (GIDALTE, 2018, p. 81).

1.1 História Local e Currículo

Abordar a história local no ensino de história é também fazer uma reflexão sobre o currículo. De acordo com os currículos escolares oficiais, o estudo da história local fica restrito às séries iniciais da educação básica. No entanto, quando o aluno chega ao 2º segmento do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio não encontra mais essa abordagem no currículo e muitas vezes, quando abordada, é de forma esporádica ou por algum projeto realizado pelo próprio professor.

Se fizermos uma análise dos livros didáticos de história do 2º segmento, encontraremos um ensino restrito ao nacional e ao mundial. É um ensino centrado

em grandes narrativas, com heróis e monumentos, em grande parte da elite e em espaços distantes do aluno, sem significado para ele. É uma tradição curricular no ensino de história ainda muito enraizada na cultura escolar. A história local, na maioria dos casos, fica restrita a alguma “orientação didática” para o professor, enquanto a história local só é de fato abordada com ênfase no 1º segmento.

Portanto, é necessário repensar o currículo. Promover uma abordagem mais integrada da história local em todos os níveis de ensino e proporcionar uma compreensão mais completa e contextualizada do passado. De tal forma, incentivamos uma conexão mais significativa entre os alunos e sua própria história.

[...] enquanto na maioria dos países se diz que o objetivo do ensino da história é desenvolver nos alunos as capacidades de que o cidadão precisa para participar da sociedade de maneira autônoma e refletida, o ensino da história, ainda é, muitas vezes, reduzido a uma narrativa fechada, destinada a moldar as consciências e a ditar as obrigações e os comportamentos para a nação (LAVILLE, 1999, p. 135).

Por que, então, quando o aluno chega às séries finais ele não tem mais acesso ao estudo da história local? Esta é uma ferramenta para aproximar os discentes do passado e dos patrimônios históricos e culturais do município auxiliariam nessa aproximação. Essa herança material leva os alunos a perceberem que a história não é só dos grandes personagens, mas também pode ser construída por objetos, monumentos e pessoas simples do seu cotidiano. Além de ressaltar a História Local como uma estratégia de valorização da memória e de construção de identidades.

Mas qual é o lugar da História Local no currículo da educação básica brasileira? Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1998) fornecem diretrizes gerais para a educação básica no país, mas não determinam o que deve ser abordado nas salas de aula. Na verdade, eles expressam uma reflexão para possíveis transformações na educação.

Vale a pena destacar que estes documentos não têm por intuito a doutrinação e determinação de conteúdos ou práticas avaliativas. Os PCN são referenciais didáticos no processo de organização dos currículos escolares para ensino fundamental e médio, trazendo novas discussões para a questão da cidadania, da pluralidade e do meio ambiente – através dos temas transversais –, buscando promover certa uniformização do currículo, sem que despreze as naturalidades e as particularidades dos estados e municípios brasileiros (GIDALTE, 2018, p. 31).

A proposta expressa destaca a necessidade de orientações para que o sistema educacional brasileiro se organize e para que se possa garantir o respeito pelas diversidades (regionais, culturais, étnicas, religiosas e políticas) que atravessam a nossa sociedade múltipla e complexa. Atuação decisiva no processo de construção da cidadania.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual. Por sua natureza aberta, configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores. Não configuram, portanto, um modelo curricular homogêneo e impositivo, que se sobreporia à competência político-executiva dos Estados e Municípios, à diversidade sociocultural das diferentes regiões do País ou à autonomia de professores e equipes pedagógicas (BRASIL, 1998, p. 13).

Dentro dessa abordagem flexível dos PCN, encontramos as orientações para o ensino de História e Geografia. Nas séries iniciais do Ensino Fundamental que correspondem do 2º ao 5º ano, existe uma preocupação quanto à constituição da identidade do indivíduo.

Podemos destacar como objetivos gerais para o aluno do ensino fundamental:

[...] identificar o próprio grupo de convívio e as relações que estabelecem com outros tempos e espaços; conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos sociais, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles; reconhecer mudanças e permanências nas vivências humanas, presentes na sua realidade e em outras comunidades, próximas ou distantes no tempo e no espaço [...] (BRASIL, 1998, p. 33).

Dessa forma, as orientações para o ensino de História a partir dos ciclos iniciais ancoram-se no eixo de que o aluno necessita estar situado no momento histórico no qual está vivendo, no tempo presente de suas relações sociais, desenvolvendo uma percepção histórica através das análises mais próximas de sua realidade... (GIDALTE, 2018, p. 32).

A abordagem da História Local nas séries iniciais é essencial para promover a aproximação do aluno com a localidade à qual ele pertence, contribuindo significativamente para a construção de sua identidade e para a compreensão de sua historicidade.

Nesse contexto, destacar questões locais no currículo das séries iniciais permite que os alunos partam do que é próximo e familiar a eles. Isso possibilita se situarem no momento histórico em que estão vivendo, compreendendo as relações sociais existentes ao seu redor. Portanto, ao iniciar com o estudo do entorno imediato, os alunos desenvolvem condições intelectuais e culturais para expandir seus conhecimentos até outras formas de relações sociais, em nível nacional e global, em estágios subsequentes.

No primeiro ciclo, abrangendo as 1ª e 2ª séries, o eixo temático voltado para "História local e do cotidiano" é especialmente relevante. Essa abordagem possibilita que os alunos identifiquem as diferenças e semelhanças entre eles e os outros, em suas famílias e na escola. Ao explorar elementos do cotidiano e da história local, os alunos podem desenvolver uma compreensão mais profunda de sua própria cultura, como também das tradições e do ambiente que os cerca. Movimento que estabelece uma base sólida para a compreensão de contextos mais amplos no decorrer de sua trajetória educacional.

A preocupação com os estudos de história local é a de que os alunos ampliem a capacidade de observar o seu entorno para a compreensão de relações sociais e econômicas existentes no seu próprio tempo e reconheçam a presença de outros tempos no seu dia-a-dia (BRASIL, 1998, p. 40).

As orientações continuam:

Os estudos da história local conduzem aos estudos dos diferentes modos de viver no presente e em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço. Nesse sentido, a proposta para os estudos históricos é de favorecer o desenvolvimento das capacidades de diferenciação e identificação, com a intenção de expor as permanências de costumes e relações sociais, as mudanças, as diferenças e as semelhanças das vivências coletivas, sem julgar grupos sociais, classificando-os como mais evoluídos ou atrasados (BRASIL, 1998, p. 40).

As recomendações para o ensino de História nos PCN continuam para o segundo ciclo. Nesse momento, a indicação é ampliar o conhecimento histórico por parte dos alunos, ou seja, na lógica de que já familiarizado com alguns conceitos o aluno possa assimilar novos conteúdos propostos. Essa premissa parte do pressuposto de que é o aluno tenha tido contato durante as séries iniciais com os conteúdos que sejam próximos a sua realidade e possa gradualmente ir tendo

acesso a novos conteúdos. Como também consiga estabelecer relações entre o local, o nacional e o global.

[...] a opção por estudos que relacionam as problemáticas locais com outras localidades explica-se pelo fato de que, nos estudos históricos é fundamental localizar o maior número possível de relações entre os acontecimentos e os sujeitos históricos, estabelecidas, também, além de seu próprio tempo e espaço, em busca de explicações abrangentes, que dêem conta de expor as complexidades das vivências históricas humanas. O fato é que se registra, na história de inúmeras sociedades, intensos intercâmbios humanos, culturais, econômicos, políticos, sociais e artísticos (BRASIL, 1998, p. 46-47).

O que podemos perceber ao longo das séries finais do primeiro segmento para o ensino de História é que ao longo das etapas, e apesar de toda a relação dialógica e interdisciplinar, a disciplina História distancia-se cada vez mais da abordagem local/regional. Na qual se aproximaria e estabeleceria relação com outras questões e localidades além do nacional e o global.

Em relação aos eixos temáticos referentes ao 3º e ao 4º ciclo, estes discorrem sobre a “História das relações sociais, da cultura e do trabalho” e a “História das representações e das relações de poder”.

Seguindo as análises, as propostas para o 3º ciclo em relação às orientações para os eixos temáticos destacam os “estudos de relações entre a realidade histórica brasileira, a História da América, da Europa, da África e de outras partes do mundo” (BRASIL, 1998, p. 56).

No 4º ciclo, há orientação para os “estudos sobre as relações de poder na História brasileira e de outras partes do mundo”, permitindo e favorecendo:

[..] o conhecimento de momentos históricos nas suas singularidades, estudos de relações de semelhanças, diferenças, permanências e transformações entre diferentes épocas e estudos de processos contínuos e descontínuos (BRASIL, 1998, p. 67).

Percebemos que há um distanciamento das orientações para o segundo segmento em relação à história local. Ocorre uma valorização dos PCN nas abordagens referentes às relações sociais, à noção temporal e aos acontecimentos históricos.

Ao chegarmos à última etapa da educação básica, observamos que o currículo do Ensino Médio é totalmente voltado para os grandes marcos da História Mundial e Nacional. Nessa etapa, percebemos o caráter de ensino “conteudista”, no

qual os alunos são “preparados” para exames avaliativos e para o ingresso nas universidades.

Atualmente, com a implantação da reforma do ensino médio, notamos a exclusão da disciplina História como uma das disciplinas obrigatórias que passa a fazer parte de uma das áreas eletivas de escolha do aluno. Com a aprovação da reforma do ensino médio no Brasil, podemos concluir que existe uma tendência para a preparação do jovem para o mercado de trabalho, isto é, na formação de mão de obra. Diante de tais questionamentos em relação à disciplina História, podemos indagar também: qual é o lugar da história local nos currículos atuais diante de um mundo globalizado?

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta para a área de Ciências Humanas:

[...] a abordagem das relações espaciais e o consequente desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal [...] valorizar também a crítica sistemática à ação humana, às relações sociais e de poder e, especialmente, à produção de conhecimentos e saberes, frutos de diferentes circunstâncias históricas e espaços geográficos (BRASIL, 2018, p. 353, grifo nosso).

Em relação às séries iniciais da Educação Básica, o documento deixa explícito “que é importante valorizar e problematizar as experiências individuais e familiares trazidas pelos alunos”. Ainda segundo o documento, “o processo de aprendizagem deve levar em conta, de forma progressiva, a escola, a comunidade, o Estado e o país” (BRASIL, 2018, p. 355).

Seguindo as unidades temáticas da BNCC para o ensino fundamental - séries iniciais, do 1º ao 5º ano -, as habilidades trabalham com diferentes graus de complexidades, mas o objetivo primordial é o reconhecimento do “Eu”, do “Outro” e do “Nós” (BRASIL, 2018, p. 355).

Ainda sobre as unidades temáticas para o 3º ano, destacam-se: as pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município; o lugar em que se vive; a noção de espaço público e privado.

Já para o 4º ano, as unidades temáticas propõem o estudo dos seguintes tópicos: das transformações e permanências nas trajetórias dos grupos humanos; circulação de pessoas, produtos e culturas; as questões históricas relativas às migrações. Para o 5º ano: povos e culturas, meu lugar no mundo e meu grupo social; registro da história: linguagens e culturas.

Conforme as etapas da educação básica progredirem, o currículo de História se distancia do estudo da história local. Percebemos, assim, um alargamento de outros assuntos e discussões.

As unidades temáticas no que se refere do 6º ao 9º ano da Educação Básica, segundo a BNCC, podem ser sintetizadas da seguinte forma.

No 6º ano, contempla-se uma reflexão sobre a História e suas formas de registro. São recuperados aspectos da aprendizagem do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e discutidos procedimentos próprios da História, o registro das primeiras sociedades e a construção da Antiguidade Clássica, com a necessária contraposição com outras sociedades e concepções de mundo. No mesmo ano, avança-se ao período medieval na Europa e às formas de organização social e cultural em partes da África. No 7º ano, as conexões entre Europa, América e África são ampliadas. São debatidos aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais ocorridos a partir do final do século XV até o final do século XVIII. No 8º ano, o tema é o século XIX e a conformação histórica do mundo contemporâneo. Destacam-se os múltiplos processos que desencadearam as independências nas Américas, com ênfase no processo brasileiro e seus desdobramentos. África, Ásia e Europa são objetos de conhecimento, com destaque para o nacionalismo, o imperialismo e as resistências a esses discursos e práticas. No 9º ano, aborda-se a história republicana do Brasil até os tempos atuais, incluindo as mudanças ocorridas após a Constituição de 1988, e o protagonismo de diferentes grupos e sujeitos históricos. O estudo dos conflitos mundiais e nacionais, da Primeira e da Segunda Guerra, do nazismo, do fascismo, da guerra da Palestina, do colonialismo e da Revolução Russa, entre outros, permite uma compreensão circunstanciada das razões que presidiram a criação da ONU e explicam a importância do debate sobre Direitos Humanos, com a ênfase nas diversidades identitárias, especialmente na atualidade. Do ponto de vista mais geral, a abordagem se vincula aos processos europeus, africanos, asiáticos e latino-americanos dos séculos XX e XXI, reconhecendo-se especificidades e aproximações entre diversos eventos, incluindo a história recente (BRASIL, 2018, p. 417-418).

Não pretendemos fazer aqui uma supervalorização da História Local em detrimento do nacional e do global, mas pretende-se destacar a História Local como uma estratégia para o ensino de História, a ser usada pelo professor em sala de aula.

Segundo o exposto anteriormente, identificamos que conforme a Educação Básica avança das séries iniciais às séries finais do ensino fundamental e ao ensino médio, a História Local gradativamente se distancia dos currículos escolares e das salas de aula. Não que devêssemos usar de forma isolada a História Local, mas sim tomá-la como um meio pelo qual poderemos articular o particular com o global e o nacional.

Apesar dos documentos e propostas curriculares nacionais orientarem para a utilização da História Local como estratégia pedagógica no processo de ensino-aprendizagem, essa abordagem encontra dificuldades na sua concretização. Um exemplo de tal dificuldade é o livro didático. Grande parte dos livros didáticos da educação básica aborda conteúdos referentes ao nacional e ao global, sem espaço para a História Local; ou então aparece apenas como adendo ou anexo. A História que está na maioria dos livros didáticos é centrada em uma grande narrativa, cujos heróis e monumentos são em grande parte da elite e de espaços distantes do aluno, sem significado para ele. Portanto, compreendemos a História Local como uma forma de abordar a aprendizagem e a construção do conhecimento histórico.

1.2 Educação Patrimonial

O ensino de História é muito mais do que estar na sala de aula, com aulas expositivas por meio do quadro e de livros. Ensinar História é compreender que a construção do conhecimento vai muito além dos muros da escola. Sendo assim, o patrimônio pode ser utilizado como fonte de conhecimento para tal aprendizado.

Educação Patrimonial é uma tradução do termo de língua inglesa “heritage education”. Segundo Evelina Grunberg:

Chamamos de Educação Patrimonial o processo permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e centro o Patrimônio Cultural com todas as suas manifestações (GRUNBERG, 2007, p. 5).

Esse trabalho educativo tem por objetivo fazer com que os estudantes observem, pesquisem e identifiquem tudo aquilo que a sociedade e o homem produziram ou produzem de cultura, ajudando a nossa compreensão sócio-histórica e contribuindo para a sua valorização e preservação.

Para Maria Horta, Evelina Grunberg e Adriane Monteiro, o conceito de Educação Patrimonial:

Trata-se de um processo **permanente** e **sistemático** de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como **fonte primária** de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da

experiência e do **contato direto** com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de **conhecimento, apropriação e valorização** de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num **processo** contínuo de **criação cultural** (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6, grifo do original).

A História Local, com destaque para o município e seus patrimônios, dialoga com a Educação Patrimonial pois permite que os estudantes compreendam o mundo a sua volta. Além de fazê-los refletir sobre o universo sociocultural e a trajetória histórico temporal em que estão inseridos.

Jaqueline Zarbato afirma:

Entrelaçar as concepções de patrimônio e cultura regional como fundamento para o ensino de história contribui com as interpretações de estudantes e professores/as, para que possam conhecer, dialogar, aprender e ensinar sobre a história e a cultura da cidade e da região. Além disso, essa problematização contribuirá com o conhecimento sobre a diversidade cultural, étnica, religiosa e de trabalho articuladas à problemática do patrimônio cultural material e imaterial. E a partir dos métodos da História oral, etnografia e educação histórica fundamentam dois focos importantes: a valorização e preservação da memória regional e patrimônio cultural e a inserção na aula de história com a Educação Patrimonial (ZARBATO, 2016, p. 37).

De acordo com Mário Chagas (2004, p. 144) “nos últimos vinte anos, a expressão ‘educação patrimonial’ consagrou-se no Brasil. E consagrou-se não como metodologia, mas como campo de trabalho, de reflexão e ação.” O autor acrescenta que “o campo da educação patrimonial não é tranquilo e não é pacífico; ao contrário, é território em litígio, aberto para trânsitos, negociações e disputas de sentidos, orientações, tendências e metodologias diversas estão em jogo nesse território” (CHAGAS, 2004, p. 144). É um campo de lutas e conflitos já que possui caráter político, visando à formação das pessoas.

Sabe-se que as políticas de preservação se inserem num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais envolvidos na definição dos critérios de seleção, na atribuição de valores e nas práticas de proteção dos bens e manifestações culturais acuteladas (CASCO, 2006, p. 23).

De modo complementar, Horta, Grunberg e Monteiro afirmam:

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à

compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999. p. 5).

A Educação Patrimonial, portanto, visa formar indivíduos capazes de reconhecer a sua própria história, permitindo que o sujeito deixe de ser um mero espectador. O que possibilita que ele pense e questione as dinâmicas sociais que contribuem para a construção do conhecimento histórico.

A Educação Patrimonial é uma metodologia que pode auxiliar no ensino dentro e fora da sala de aula a partir do momento em que coloca os bens culturais como fonte de um trabalho de preservação da memória coletiva e individual. “É estimular um novo olhar para a escola e o território no qual ela está inserida.” (IPHAN, 2012, p. 7).

O ensino de história associado à educação patrimonial levará aos estudantes o conhecimento do seu passado, e possibilitará a compreensão de noções de identidade, pertencimento e temporalidade, auxiliando no respectivo entendimento destes para a inserção no contexto histórico local e nacional.

Através da História Local e da Educação Patrimonial, o aluno adquire ferramentas para se reconhecer como sujeito atuante e transformador da sociedade. Não mais como alguém que observa o mundo a sua volta. Essas metodologias geram, por sua vez, um maior interesse pelos bens culturais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 9.394/96 (LDB), no artigo 1º, reconhece que os contextos culturais dos indivíduos são importantes espaços de formação dos sujeitos.

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Quando proponho abordar a história local, revelando os patrimônios do município, busco através da Educação Patrimonial que os estudantes reconheçam e apropriem de seus bens materiais e imateriais, levando-os à ideia de preservação de suas memórias. Essas memórias ali preservadas têm um grande valor na formação da sua identidade e na construção da escrita da História. Não só isso, mas que eles

também possam ser compreender que existe um campo de disputas nas escolhas do que deve ser lembrado e esquecido.

Para Zarbato:

Isso porque a educação patrimonial contribui para adentrarmos na história local, de forma que possamos participar do processo de reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio. A preservação da memória é essencial para a valorização da identidade e da cidadania cultural em determinado lugar e situada num determinado tempo histórico. Alguns elementos históricos são definidos como primordiais para a história local, construindo referenciais para a memória coletiva. No ensino da história local, o estudo do patrimônio cultural insere-se nas diversas memórias, disseminadas, nos mais diferenciados sujeitos sociais, para que se possa apreender delas, as diversas versões e olhares em que a experiência histórica local se fundamenta e se constitui, não devendo, cair na homogeneidade histórica concebida pela concepção “oficial” de memória e história tão cara às gerações de nossos pais, que está alicerçada na visão dominante de apenas um segmento da sociedade ou de determinados indivíduos que tomaram para si a alcunha de “autênticos repositórios” da memória social (ZARBATO, 2016, p. 40-41).

Ler o mundo a sua volta, perceber as diferentes memórias presentes nele e os conflitos existentes, formar identidades e preservar os bens (i)materiais são alguns dos aspectos em que a Educação Patrimonial pode auxiliar no ensino de História. A História Local, ao trazer aquilo que é próximo ao aluno para a sala de aula, contribui para que o estudante reflita que não existe só a história oficial, a dos livros. E sim a sua história e do seu entorno também é importante. Permite que ele se torne o sujeito de sua própria história, podendo, assim, apropriar-se dos patrimônios ao dar-lhes novos significados e valores.

Enquanto professores, queremos possibilitar que os alunos tenham as ferramentas necessárias para caminhar pelo mundo, tornando-se cidadãos atuantes na sociedade.

2 MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Esse capítulo abordará os conceitos de memória e patrimônio, começando a viagem a partir da escola, do seu entorno e em seguida explorando o município de São Gonçalo. Destacamos os espaços de memória já consagrados, como igrejas, praças e fazendas, assim como outros visíveis dentro do bairro e da cidade: locais/peças que podem se constituir como instrumentos privilegiados de práticas e vivências cotidianas. Sendo assim, os sujeitos podem atribuir significado e historicidade a eles, além de permitir uma apropriação dos espaços/objetos, (re)significados pelos sujeitos na construção de sua história e memória.

O fato de irmos e virmos, de seguirmos uma rotina diária na cidade com os nossos afazeres, contribui para que não enxerguemos a importância que nós temos enquanto guardiões da memória. Memória essa que pode ser apropriada de diversas formas e maneiras. Caminhamos pela cidade, circulamos por ela sem perceber que somos protagonistas da história, somos construtores da história. “Somos caminhantes e escritores da história. Leitores da sinuosidade das ruas, intérpretes e protagonistas de tudo que ali se encontra, proprietários da memória contada, recontada, escondida, esquecida e questionada” (SOUZA, 2019, p. 45).

Assim como os sujeitos circulam pela cidade e em seus espaços, muitas vezes se mantendo alheios aos vestígios de memória ali presentes - seja através de uma construção, festa ou de um objeto. Os alunos, por sua vez, apresentam-se também dessa forma. Eles passam parte do seu dia na escola, circulam pelos seus espaços e desconhecem os vestígios de memória existentes no seu entorno.

É interessante pensar naquela frase que muitas vezes escutamos: “a escola é a segunda casa do aluno”, mas que casa é essa em que o aluno se desconhece e não se identifica? Isso também se aplica ao bairro e ao município. Além, é claro, das histórias apresentadas nos livros didáticos e contadas nas salas de aula, construídas por outros e nas quais os estudantes não se reconhecem.

Nos debates atuais do ensino de História, apontam-se possibilidades de estabelecer relações muito profícuas entre o estudo das trajetória locais/regionais e os processos de formação de identidades sociais plurais, de modo a superar o verbalismo das aulas de história circunscritas apenas a temporalidades remotas, a espaços distantes e a determinadas memórias coma as quais a maioria dos estudantes que freqüenta a escola brasileira

não se identifica e nas quais não reconhece as suas experiências, nem tão pouco as de seu grupo de pertença (CAIMI, 2013, p. 25).

Quando trago à luz o município e alguns artefatos de memória que fazem parte dele, ou que se referem a esta memória, busco apresentar aos alunos novas possibilidades de apropriação da memória. Na intenção de que os estudantes possam contar e recontar por meio do seu olhar e de seu caminhar. São sujeitos/construtores da história, proprietários da memória.

Aqui dizem ter um sol para cada habitante e sob este sol desejo levá-los a olhar a escola do outro lado da rua e propositalmente questioná-los sobre o que veem e quanto do que está ali lhes pertence. Provocar novas formas de ver o que parece ser sempre igual, deslocar, olhar por outro ângulo, observar os detalhes, alterar os pontos de vista, enfim, caminhar e modificar de dentro para fora (SOUZA, 2019, p. 47).

A história local permite ao sujeito que graças à memória produzida através dos vestígios se desenvolva um sentimento de identidade e pertencimento a um determinado grupo ou comunidade e possam traçar caminhos para se orientar de forma consciente.

Propor formas de compreender essa construção da identidade de um povo ou povos por meio do olhar dos elementos constitutivos da cidade é o desafio do professor/historiador; transpor os muros da escola ou reconstruir uma escola sem muros, interligando-a à história da cidade, do bairro ou da praça e à história de vida de seus estudantes (SOUZA, 2019, p. 15).

2.1 Memória

Quando caminhamos na cidade muitas vezes não percebemos os rastros de memórias ali existentes. São ruas modificadas, prédios novos sendo construídos que mudam o cenário, assim como tantos outros sendo destruídos. No próprio ambiente da escola não notamos as transformações pelas quais a escola passou. Recordo-me do colégio onde estudei e hoje leciono, lembro do pátio com bancos em volta de uma árvore, bem no centro. Hoje lecionando lá e não vejo mais esse cenário. Reparo que aquilo agora só faz parte da minha memória.

A compreensão de que esse cenário hoje só faz parte da minha memória vai ao encontro do que Jacques Le Goff entende sobre memória.

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 1990, p. 366).

Esse registro existente na minha memória passa por um processo de seleção, no qual tal memória é continuamente reavivada a cada vez que observo aquele local. Eu poderia ter me esquecido assim como outros registros que já não me recordo, como por exemplo, o nome da diretora da época em que entrei nessa escola como aluna.

A memória pode até parecer algo individual, íntimo, pertencente somente ao sujeito. Entretanto, ela deve ser compreendida como um fenômeno coletivo e social, ou seja, articulado e construído coletivamente, o qual pode constantemente sofrer transformações e mudanças (HALBWACHS, 1968 *apud* POLLAK, 1992).

Essa recordação faz parte da minha memória individual, mas também deve-se salientar a memória coletiva, ou seja a memória dos diversos grupos sociais ali presente naquele espaço. Essa lembrança que tenho é um registro da minha época de aluna, grupo social no qual me encaixava, mas poderia também destacar a memória do grupo de professores. O que me relaciona àquele ambiente é diferente do que se relaciona aos professores. Podemos dizer que aquele espaço tem um significado diferente para cada grupo.

Para Le Goff (1990, p. 368), de forma consciente ou não, somos capazes de manipular a memória individual por meio da afetividade, do desejo, da inibição ou da censura. No processo, a provocar recordações ou esquecimentos. A manipulação também é válida para a memória coletiva, na qual as forças sociais disputam determinadas memórias em detrimento de outras, levando por sua vez ao esquecimento.

A memória se torna objeto de luta dos grupos sociais, tornando-os senhores da memória ou do esquecimento. Na briga para deter a narrativa histórica, há uma preocupação pela manipulação dessa memória coletiva e o seu controle pelo grupo dominante. Ainda consoante Le Goff (1990, p. 368), os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória

coletiva, principalmente sob risco de controle pelos grupos que dominam as sociedades.

A memória coletiva, a História e os seus materiais, os documentos e monumentos não são um conjunto daquilo que existiu no passado, mas sim uma escolha efetuada pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade (LE GOFF, 1990, p. 462).

Peter Burke também destaca a complexidade que permeia tanto a História quanto a memória.

Lembrar o passado e escrever sobre ele não mais parecem atividades inocentes que outrora se julgava que fossem. Nem as memórias nem as histórias parecem mais ser objetivas. Nos dois casos, os historiadores aprendem a levar em conta a seleção consciente ou inconsciente, a interpretação e a distorção. Nos dois casos, passam a ver o processo de seleção, interpretação e distorção como condicionado, ou pelo menos influenciado, por grupos sociais. Não é obra de indivíduos isolados (BURKE, 2000. p. 70).

Cada sujeito realiza uma aproximação entre a sua memória individual, com a memória coletiva do grupo o qual ele se identifica e da narrativa histórica ali construída. Determinados aspectos podem não ser lembrados enquanto outros ressaltados. Assim são feitas as escolhas do que e de quem deve ser lembrado ou silenciado. Não existe imparcialidade.

Parte das lembranças que tenho, impressões, sentimentos, ideias e paixões são resultado de momentos compartilhados com o(s) grupos aos quais pertenço – família, trabalho, igreja e, em escalas mais amplas, no bairro, cidade e país. Sendo assim, a memória individual é uma perspectiva sobre a memória coletiva desses grupos. Esse olhar deve levar em conta o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e as relações mantidas com os outros meios.

Quando os indivíduos de um grupo ao qual pertenço, em algum momento, começam a relatar detalhes minuciosos sobre uma determinada lembrança, pode acontecer que eu não me lembre de nada. Apesar de toda a descrição feita por tais sujeitos, essa lembrança não mais me aproxima do grupo o qual me identificava. A memória coletiva produzida por aquele grupo social deixa de provocar o meu sentimento de pertencimento a ele. A partir daquele instante nossas vidas e histórias se desconectam até certo ponto, passível de não mais

pertencermos ao mesmo grupo. Segundo Halbwachs, este distanciamento desfaz a alimentação das memórias coletivas:

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que essa reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito quanto nos outros, porque elas passam incessantemente desses para aqueles e reciprocamente, o que só é possível se fizerem e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e construída (HALBWACHS, 1990, p. 34).

Ainda de acordo com Halbwachs, as lembranças podem ser reconstruídas ou simuladas a partir das vivências em grupo. Nós podemos até criar representações do passado apoiadas na percepção de outras pessoas, naquilo que imaginamos ter acontecido ou pela internalização das representações de uma memória histórica. Entretanto, o autor afirma que não há memória que seja imaginação pura e simples, todo o processo de reconstrução de memória passa por um referencial que é o sujeito.

Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se tratando de acontecimentos nos quais só estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós (HALBWACHS, 1990, p. 26).

Não existe um isolamento da memória individual. Constantemente ela toma como referência pontos externos ao sujeito. O suporte em que se apoia a memória individual encontra-se relacionado às percepções produzidas pela memória histórica.

Além disso, para o mesmo autor, a memória pode ser compreendida como uma reconstrução do passado a partir de informações do presente. Os acontecimentos vividos em nossa experiência concreta, assim como as experiências vividas por tabela, são a matéria prima da memória. Como essa reconstrução se faz no presente, as narrativas de memória são cruzadas por sentimentos e afetos de hoje.

Eu posso recordar e narrar algum acontecimento do meu passado quando tive dez anos e narrá-lo de outra forma com os meus quarenta anos. Isso acontece porque o fato em questão é ressignificado a partir do momento em que minhas experiências vão se construindo. Eu não sou a mesma pessoa ao olhar determinado fato aos meus dez anos e aos quarenta anos. Uma memória nunca vai ser a mesma

memória. O nosso ponto de vista sobre um determinado acontecimento do passado muda ao longo da nossa vida.

Ao relacionar História Local, os sujeitos e as suas memórias, passamos a entender que esta última é um fenômeno coletivo e social, articulado e construído conjuntamente que pode constantemente sofrer alterações. Logo, devemos indagar os alunos sobre a maneira pela qual eles compreendem essas construções coletivas e se sentem pertencentes (ou não) a essas construções.

De acordo com Pollak (1992), a memória é em parte herdada, ou seja, ela não se refere apenas à vida física da pessoa. Sofre influência do momento em que é articulada e expressa, sendo estas influências elementos da estruturação da memória do indivíduo. O mesmo autor, ao abordar a memória coletiva, ressalta que do ponto de vista político há um grande esforço de enquadramento, uma organização decorrente das preocupações pessoais e políticas do momento, considerando assim que a memória é um fenômeno construído tanto social quanto individualmente.

Ao abordar a memória herdada, podemos considerar que há uma forte ligação entre a memória e o sentimento de identidade. O que faz com que nossa vida tenha sentido são as nossas lembranças. Quando busco trazer peças para a composição da exposição, sejam elas referente a objetos pessoais, traços antigos ou não da cidade e tantos outros, proponho romper com os enquadramentos pré-existentes sobre aquele “lugar”. Dar voz às suas próprias interpretações.

O acervo serve como elemento para pensar, repensar, construir e reconstruir novas memórias reforçando laços de pertencimento com o território, pessoas e culturas. Para destacar os processos de construção, permanência, desconstrução e reconstrução das memórias e identidades dos grupos sociais no município e a atuação dos sujeitos.

Podemos portando dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si... a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (POLLAK, 1992, p. 5).

A construção e a apresentação da imagem de um grupo ou de uma pessoa se dão através da identidade. É a partir da identidade que construímos referências sobre nós mesmos, que nos levam a nos diferenciar dos outros. A memória é uma parte fundamental de um povo pois é por meio das histórias vividas e compartilhadas coletivamente que se cria um sentimento de pertencimento.

Joël Candau também destaca a importância da memória na construção da identidade.

(...) é a memória, podemos afirmar que vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir a sua identidade (...) o trabalho de memória atua na construção da identidade do sujeito (CANDAU, 2012, p. 16).

Em sua obra, Candau destaca três tipos de memórias: a protomemória, a memória propriamente dita e a metamemória. As duas¹ primeiras estão relacionadas diretamente à faculdade da memória e são individuais. Já a metamemória é uma representação que o indivíduo faz das suas memórias. São elas que um sujeito compartilha com outros. Podemos dizer que a metamemória se refere a memória coletiva, ou seja, o compartilhamento das memórias individuais. Mediante ela que se constroem as identidades.

De fato, em sua acepção corrente, a expressão “memória coletiva” é uma *representação*, uma forma de metamemória, quer dizer, um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo. Essa metamemória não tem o mesmo estatuto que a metamemória aplicada a memória individual: nesse caso é um enunciado relativo a uma *denominação* – “memória” – vinculada ao que designa – uma faculdade atestada – “como a etiqueta em relação à garrafa”, enquanto no que se refere ao coletivo é um enunciado relativo a uma *descrição* de um compartilhamento hipotético de lembranças. (...) enunciados que geralmente acompanham a valorização de uma identidade local (CANDAU, 2012, p. 24).

O autor ainda ressalta a inexistência de uma identidade estática, específica a um sujeito. A identidade se constrói e se modifica a partir do momento em que o sujeito interage com o meio social, ou seja, com o que ele chama de “interações sociossituacionais”.

¹ A memória de baixo nível, ou protomemória, é a memória *habitus* que já está no indivíduo sem a tomada de consciência, por exemplo, um gesto. A segunda memória, a memória propriamente dita, ou de alto nível, é a memória de recordação.

(...) as identidades não se constroem a partir de um conjunto estável e objetivamente definível de “traços culturais” – vinculações primordiais -, mas são produzidas e se modificam no quadro das relações, reações e interações sociossituacionais – situações, contexto, circunstâncias, de onde emergem os sentimentos de pertencimento, “de visões de mundo” identitárias ou étnicas (CANDAU, 2012, p. 27).

Tal caráter inconstante da identidade dificultaria o processo de auto reconhecimento do sujeito e da comunidade em que se encontram. É nesse lugar que podemos destacar a importância do ensino de História no fortalecimento identitário e na restituição da memória coletiva.

O que se espera do estudo da história? Que cada aluno reflita sobre o lugar em que se encontra no mundo, formulando idéias sobre si e sobre os que estão ao seu redor. Em outras palavras, o exercício da memória – pensar e repensar o passado – deve possibilitar a reflexão sobre quem somos e queremos ser – nossas identidades (REZNIK *et al.*, 2006).

2.2 Patrimônio

Atualmente a palavra patrimônio se refere a uma variedade de termos, entretanto, segundo Françoise Choay (2001, p. 11), o termo tem sua raiz na palavra “pai”, do latim pater.

Na Roma Antiga, o termo Patrimônio (*patrimonium* em latim) se referia a tudo que pertencia ao pai da família. De acordo com Pedro Funari e Sandra Pelegrini (2009, p. 11), isso incluía tudo que pertencia ao senhor: a mulher, os filhos, os escravos, os bens móveis e imóveis e até animais. Tudo isso podia ser deixado através do testamento, inclusive as pessoas. O patrimônio era patriarcal, individual e privativo da aristocracia (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 11).

O termo “Patrimônio” é usado devido a sua semelhança à herança, ou seja, àquilo que a família passa dos pais para os filhos, não envolvendo apenas valores econômicos, mas também simbólicos (LONDRES, 2007, p. 162). Portanto:

Etimologicamente falando, patrimônio significa uma ‘herança paterna. Bens de família’. Logo, é um legado do passado. É verdade que muitos desses bens nos chegaram através de heranças, porém eles não são simplesmente legados de uma geração a outra, eles são ‘**construídos**’, ‘**recriados**’, ‘**apropriados**’. Do mesmo modo, a permanência desse patrimônio no tempo resulta de ações e interpretações dos diferentes grupos humanos, que

partem sempre do presente em direção ao passado (SANTANA, 2002, p. 28, grifo do original).

Na Idade Média (séculos V-XV), com a difusão do Cristianismo e o predomínio da Igreja Católica, acrescentou-se ao caráter aristocrático o caráter religioso (simbólico e coletivo). De acordo com Funari e Pelegrini (2009, p.11-12), “ainda que o caráter aristocrático tenha se mantido, elevaram-se à categoria de valores sociais compartilhados os sentimentos religiosos, em uma pletera de formas materiais e espirituais”.

O culto aos santos e a valorização de relíquias, geraram nas pessoas comuns um sentido de patrimônio muito peculiar e que de certa maneira permanece entre nós: a valorização de lugares e objetos como de rituais coletivos. Não que o caráter aristocrático tenha deixado de existir, mas ele foi apropriado e (re)significado pelas camadas populares, fugindo assim do controle das elites. Conforme Cecília Londres:

[...] um tipo de bem que pode ser considerado antecedente dos monumentos históricos modernos são as relíquias sagradas, que circulavam e eram tão valorizadas no mundo medieval. Trata-se de objetos ou restos de objetos de uso ou relacionados à vida de Jesus ou de santos, que passam a ser conservados e venerados por seu valor de testemunho (LONDRES, 2007, p. 163).

Não demorou para que a elite desse uma resposta, consoante Funari e Pelegrini (2009, p. 12), esta resposta veio com a monumentalização das igrejas e a criação das catedrais, que passaram a dominar as paisagens do mundo físico e espiritual. A catedral era um patrimônio coletivo, mas aristocrático.

A noção de patrimônio que conhecemos hoje aparece durante o Renascimento. Segundo Londres:

[...] a partir do Renascimento, quando o mundo se dessacraliza e o homem passa a se situar não mais em relação a uma realidade transcendente, e sim na evolução temporal da humanidade, entre passado e futuro, ou seja, na cadeia da história (LONDRES, 2007, p. 164).

Por mais que o caráter aristocrático tenha se mantido pelos humanistas, é possível perceber uma mudança mesmo que parcial nos valores religiosos do teocentrismo, os quais se perpetuavam há séculos. A partir desse momento os humanistas buscam sua inspiração na Antiguidade Clássica, considerando que os seus antecessores teriam vivido em um período de trevas. Como Cecília Londres afirma, traduzindo Françoise Choay (1988 *apud* LONDRES, 2007, p. 164), “pela

primeira vez uma civilização toma distância e se reporta a outra (no caso a Antiguidade greco-romana) anterior em mais de um milênio.”.

A maneira que os humanistas encontraram para ter acesso à Antiguidade Clássica era pela leitura de obras antigas e o colecionar de objetos e vestígios da época. Além do mais, com a invenção da imprensa por Gutenberg (1398-1468), multiplicaram-se as publicações de obras clássicas, tanto na língua original como em versões traduzidas. Nesse período começou a haver maior preocupação dos humanistas em catalogar e colecionar tudo aquilo que fosse pertinente a antiguidade como: inscrições em pedra, vasos de cerâmica e objetos de templos, estátuas em mármore, fora metais e moedas. Como afirmam Funari e Pelegrini (2009, p. 13), foram esses humanistas do Renascimento, que amavam coisas antigas, os que fundaram o que viria a se chamar Antiquariado.

Os autores destacam que essa prática não era restrita somente às cidades com monumentos grandiosos, como em Roma, mas por toda a Europa. Incluía-se até cidades menores e aldeias, nas quais os antiquários faziam pesquisas com um não disfarçado orgulho local.

Alguns estudiosos enfatizam que o patrimônio moderno deriva de uma maneira ou de outra do Antiquariado que, aliás, nunca deixou de existir e continua até hoje, na forma de colecionadores de antiguidades. No entanto, a preocupação com o patrimônio rompe com as próprias bases aristocráticas e privadas do colecionismo. Resulta de uma transformação profunda das sociedades modernas, com o surgimento dos Estados Nacionais (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 13).

Vale lembrar que até o século XVIII na Europa não havia ainda a noção moderna de cidadania.

[...] os Estados eram religiosos e monárquicos, baseados na identificação da nação com a casa real. As monarquias eram de direito divino e os reinóis não eram cidadãos de um país, mas súditos de um reino (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 14).

E como ficam os patrimônios nesse momento? É importante ressaltar que até o final do referido século XVIII, como apontam Choay (2001), Funari e Pelegrini (2009) e também Londres (2007), a preocupação estava em preservar os monumentos do passado. Responsabilidade exclusiva das autoridades civis e religiosas que coletavam e conservavam esses bens em suas coleções. Podemos citar os papas desse período, que possuíam um imenso acervo, encontrado hoje no

museu do Vaticano. Em outras palavras, o patrimônio era entendido não como algo público e compartilhado, mas privado e aristocrático.

É a partir do surgimento dos Estados Nacionais Modernos que o conceito de patrimônio sofre uma grande transformação. Podemos observar o caso da França, com destaque para a Revolução Francesa, que acabou com as bases do antigo regime. Toda a estrutura antiga, assim como o rei, deixou de existir. Logo, com o surgimento da República, fora necessário criar cidadãos que compartilhassem uma cultura comum.

Uma das primeiras ações desses Estados esteve em construir tais cidadãos. “O Estado nacional surgiu, portanto, a partir invenção de um conjunto de cidadãos que deveriam compartilhar uma língua, e uma cultura, uma origem e um território.” (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 16).

É nítido que para se criar uma cultura nacional antes é necessário ter suas bases materiais, ou seja, seu patrimônio nacional. Desse modo, começa a surgir o conceito de patrimônio que conhecemos hoje, deixando para trás o caráter privado ou religioso das tradições antigas e medievais. O enfoque passa a visar todo um povo, com uma única língua, território e origem.

Nesse sentido, a preservação do patrimônio é uma das bases no que diz respeito às políticas de Estado para a cultura no Ocidente. Vale salientar que foram os enciclopedistas os primeiros a se preocupar e a idealizarem políticas de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional. Feito ocorrido durante o período da Revolução Francesa, momento-chave da História em que grupos destruíam símbolos aristocráticos e religiosos.

Diversas nações europeias se preocuparam em definir políticas de proteção patrimoniais a partir do século XIX. De acordo com Funari e Pelegrini (2009, p. 17), a ideia de propriedade é diferente nas duas tradições jurídicas (romana e anglo-saxônica)² e refletem diretamente sobre as definições de patrimônio pelo Estado Nacional.

² Tradição Latina é o mesmo que Direito Romano ou Civil. A tradição Latina considera a propriedade privada sujeita à restrições, derivadas dos direitos dos outros ou da coletividade geral. Dois exemplos dessa limitação é o chamado direito de servidão no Brasil, país também de tradição latina de Direito, e o que está expresso no Art. 5º, inciso, XXIV da CF/88, que limita o direito de propriedade através da desapropriação por necessidade, interesse social ou utilidade pública. No Direito Consuetudinário anglo-saxão, a limitação ao direito de propriedade é, em geral, muito mais tênue, o que permitiu, por exemplo, os cercamentos das propriedades rurais na Inglaterra, no século XVIII. Os antigos acessos e caminhos usados pelos camponeses foram fechados, contribuindo com a migração para as cidades e a formação da mão-de-obra industrial.

Em um primeiro momento, podemos destacar os franceses. A França por ser um país de tradição latina de Direitos criou sua primeira lei de proteção patrimonial em 1887, completada em 1906 por uma legislação mais ampla.

Um outro caso é os Estados Unidos, país de direito consuetudinário e anglo-saxão que elaborou sua primeira lei patrimonial em 1906, o Antiquities Act. Mesmo ano da segunda lei francesa, entretanto, a lei estadunidense se restringia à proteção de bens de interesse da nação que estivessem em terras de propriedade e controle do governo.

Já no Brasil durante a Era Vargas, mais precisamente no Estado Novo, tiveram início as primeiras legislações sobre o patrimônio cultural. De acordo com Acioli Silva Junior (2016, p. 19), essas leis tiveram forte influência da Carta de Atenas de 1931, período do entre guerras. A Carta de Atenas orientava a administração pública a se empenhar na conservação dos monumentos históricos e artísticos de suas nações.

A conferência, profundamente convencida de que a maior garantia de conservação dos monumentos e das obras de arte vem do afeto e do respeito do povo e considerando que estes sentimentos podem ser bastante favorecidos mediante uma atuação apropriada dos poderes públicos, expressa o desejo de que os educadores ponham todo seu empenho em habituar a infância e a juventude para que se abstenham de qualquer atuação que possa degradar os monumentos (CIAM, 1933).

O primeiro órgão direcionado para a conservação do patrimônio no Brasil foi criado em 1933 como uma instituição vinculada ao Museu Histórico Nacional. A Inspeção de Monumentos Nacionais (IMN), instituída pelo Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934, tinha como principal objetivo impedir: I) que objetos antigos, referentes à história nacional, fossem levados para fora do país em virtude do comércio de antiguidades e, II) que as edificações monumentais fossem destruídas por conta das reformas urbanas, a pretexto de modernização das cidades.

Nossa primeira legislação patrimonial foi o Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Ela estabeleceu o tombamento e restringiu o direito de propriedade como resultante do ato de tomar, assim como organizava a proteção de patrimônio histórico e artístico nacional. Além de estabelecer quais bens deveriam constituir patrimônio nacional. A noção de patrimônio histórico e artístico nacional também representaria e expressaria o ideal nacionalista e elitista da sociedade naquele período. Deve-se observar que tal ação só foi possível por causa

do impulso nacionalista e modernista de nomes como Lúcio Costa e Mário de Andrade. Esse entendimento fica expresso, no artigo 1º.

Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse (sic) público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

Uma outra criação importante do governo Vargas foi o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), através da Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937. Sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que contou com vários colaboradores intelectuais e artistas, entre os quais, Mário de Andrade, Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade.

Ao longo das décadas de 60 e 70 do século passado, houve a intensificação dos debates e das políticas públicas sobre o patrimônio cultural, tanto a nível nacional como global. Ocorreram diversos encontros e conferências sobre a temática do patrimônio que, por sua vez, originaram diversos documentos de caráter preservacionistas.

É nesse contexto que surge a expressão “patrimônio cultural” a fim de englobar uma infinidade de bens culturais.

Em 1979, sob os auspícios do MEC, foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória, com o objetivo de driblar os entraves burocráticos e agilizar a captação de recursos para realizar programas e projetos na área da cultura. O reconhecimento de uma vasta gama de bens procedentes, sobretudo, do saber popular alargou a concepção de patrimônio agora assentada na diversidade cultural, étnica e religiosa do país (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 49).

Atualmente no Brasil a noção de patrimônio se ampliou. Principalmente com o Art. 216 da CF/88 (BRASIL, 1988) que, além de trazer uma variedade de instrumentos de proteção (envolvendo novos fatores sociais), fez com que se alargasse a esfera de alcance das políticas patrimoniais para muito além das ações tradicionais de identificação e proteção do patrimônio cultural. Conforme o artigo supracitado da Constituição de 1988:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, que compreende:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;
III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, Art. 216).

De acordo com Kalina Silva e Maciel Silva (2009), o conceito de “patrimônio histórico” tem sofrido uma transformação no seu sentido, sendo substituído pelo termo “patrimônio cultural”. O que abrange, por sua parte, uma gama de bens.

[...] o fato é que os especialistas vêm continuamente substituindo o conceito de patrimônio histórico pela expressão patrimônio cultural. Essa noção, por sua vez, é mais ampla, abarcando não só a herança histórica mas também a ecológica de uma região. Assim, em última instância, podemos definir patrimônio cultural (incluindo nessa ideia a de patrimônio histórico) como o complexo de monumentos, conjuntos arquitetônicos, sítios históricos e parques nacionais de determinado país ou região que possui valor histórico e artístico e compõem um determinado entorno ambiental de valor patrimonial (SILVA K.; SILVA M., 2009, p. 324).

Hoje o termo patrimônio recebeu distintas qualificações, como histórico, cultural, genético e ambiental. Dentro dessa perspectiva mais abrangente do conceito de patrimônio, Londres (2007) ressalta que a definição do que é patrimônio está sempre em constante mudança, não é estática. Um conceito, então, em constante mutação e interpretação.

A constituição dos patrimônios históricos está sempre em processo. Na verdade, nada garante a permanência e a imutabilidade de um bem, seja ele de natureza material ou imaterial, se o compromisso de preservá-lo não for reiterado e renovado a cada geração. A preservação só faz sentido para a sociedade se está relacionada a necessidades e interesses do momento presente, na busca constante de um ponto de equilíbrio entre permanência e mudança (LONDRES, 2007, p. 69-70).

Desse modo, entendemos que o patrimônio cultural não é algo predeterminado e nem fechado. Devemos ampliar o escopo desse conceito pois o mesmo se encontra em constante construção e transformação.

Não obstante, é incontestável a relação existente entre o Patrimônio histórico cultural e sua ligação com a aristocracia e a elite de um determinado povo ou cultura. Não muito diferente do que ocorria no restante do mundo, no Brasil os patrimônios preservados pertenciam aos grupos dominantes e não aos dominados. A narrativa histórica contada por meio dos patrimônios destaca os grandes

acontecimentos e os heróis da nação, construindo uma identidade com a qual os sujeitos na maioria das vezes não se identificam. Isso, por sua vez, silenciada as histórias de outros atores sociais e de seus respectivos patrimônios.

Com a elaboração da Constituição de 1988 e de outras leis, sobretudo com o Decreto nº 3.551 de 2000, o qual “institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio cultural e dá outras providências.” (BRASIL, 2000). Modifica-se a imagem elitista dos bens culturais para abarcar novos grupos sociais no campo do patrimônio cultural. Grupos esses que historicamente viveram à margem, excluídos da esfera patrimonial. Em vista desse decreto Martha Abreu, Rachel Soihet e Rebeca Gontijo afirmam:

A eleição dos novos bens, ou melhor, de novas formas de se conceber a condição de patrimônio cultural nacional também permite que diferentes grupos sociais, utilizando as leis do Estado e o apoio de especialistas, revejam as imagens e alegorias de seu passado, do que querem guardar e definir como próprio e identitário. O decreto abre a possibilidade para o surgimento de novos canais de expressão cultural e luta política para grupos da sociedade civil, antes silenciados, que são detentores de práticas culturais imateriais locais e tidas como tradicionais (ABREU; SOIHET; GONTIJO, 2007, p. 4).

O que deixa clara a existência de uma legislação que forneça o amparo legal para a proteção do patrimônio cultural tanto da elite dominante como dos grupos historicamente dominados.

É possível trabalhar com a memória visando apenas a manutenção e a conservação de núcleos, ilhas e grupos de dominação econômica e política; mas é igualmente possível acionar o poder libertador da memória e criar novos planos de consistência, novas perspectivas, novos pontos de fuga criativa, novas máquinas de guerra colocadas a favor do “empoderamento” social daqueles que historicamente foram subalternizados e expropriados do direito de construir e narrar suas próprias histórias, suas memórias, seus patrimônios e seus museus (CHAGAS, 2010, n.p.).

Em relação à educação, é possível ressaltar a valorização de bens culturais no ensino, parâmetro contido no capítulo IV, artigo 58, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) referente ao direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer. O qual mostra que no processo educativo devem ser levados em consideração os valores culturais do próprio contexto social do educando.

No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente,

garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes culturais (BRASIL, 2014).

Elemento previsto no artigo 1º da LDB 9.394/96, a contribuição do contexto cultural no ensino para a formação do aluno.

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

O papel do professor, pois, é levar o estudante a refletir que a maior parte dos patrimônios histórico-culturais preservados são elementos de uma elite dominante, relacionados a um passado brasileiro de escolhas e exclusões. Cabe ao educador fazer com que os alunos reconheçam os patrimônios do seu entorno, isto é, da sua cidade, do seu bairro e da sua própria casa. Dessa maneira, eles reconhecerão outras narrativas histórias e conceitos sobre patrimônio, que não seja somente o político e de heróis nacionais. Para Marciane Souza:

Promover essa aproximação dos jovens com o patrimônio, por meio do estímulo dessa relação entre o que é individual, do sujeito, ou coletivo – da família, comunidade, cidade ou país, é uma possibilidade do ensino de história que vai além do livro e do giz, do espaço restrito da sala de aula. Significa estimular neles a busca por relatar suas experiências de vida e serem para além de expectadores, atores que ocupam o protagonismo de seu tempo, construtores da memória (SOUZA, 2019, p. 56).

Relacionar história local, memória e patrimônio no ensino de História pode propiciar ao aluno a construção de laços de identidade e pertencimento com aqueles que estão ao seu redor compartilhando o mesmo espaço. Perceber que a História não é só nacional e mundial, não é apenas a que está presente nos livros didáticos, mas sim compreender que existe História em lugares diferenciados, silenciadas por uma história maior. Além disso, ajuda-os a reconhecer que são capazes de se apropriar de espaços e objetos que tradicionalmente foram característicos da história de uma elite, dando novos sentidos e significados para esses bens com frequência ao alcance deles.

Creio que por meio dessa aproximação o aluno sinta-se participante do processo de construção do conhecimento histórico. Isto é, sinta-se sujeito da sua própria história. Capaz de dar um novo significado à História e de compreender essa

disciplina de uma maneira diferente, como algo em constante construção e que faz parte da sua vida. Como diz Manoel Guimarães:

Em suma, por todo o percurso, o visitante é cativado pela possibilidade de escrever a história a partir de suas lembranças e memórias, que parecem, assim, se confundir com a própria ideia de História. O ator como a um só tempo autor e testemunho. O patrimônio histórico não parece mais distante e monumentalizado apenas em lugares especialmente pensados para ele, mas próximo e integrado por objetos do cotidiano acessível a qualquer pessoa vivendo num tempo e em uma sociedade. Tudo, em princípio, pode agora integrar esse patrimônio, como todos podem ser autores dessa nova história universal (GUIMARÃES, 2012. p. 96).

3 O PROCESSO

Atualmente, constato o desinteresse dos alunos pela disciplina História, considerando-a “chata”; só fala do passado, de gente morta, etc. Podemos até dizer que os alunos a consideram uma disciplina enfadonha, desnecessária para suas vidas. Todas essas questões me fazem refletir sobre as minhas práticas enquanto docente, no que eu posso fazer para que as aulas se tornem mais atrativas e estimulantes, para que os alunos aprendam e tenham outro olhar sobre o ensino de História.

A escolha pela abordagem da História Local parte dessas inquietações. Tomo como ponto de partida o pouco, ou nenhum, conhecimento dos estudantes a respeito da história do município de São Gonçalo e seus patrimônios para pensar em uma forma de promover um ensino de História significativo. Busco, com isso, uma maneira de tornar as aulas de História estimulantes e acredito que a História Local me possibilite isso. Esta abordagem seria a ferramenta necessária para aproximar o aluno do passado por meio do espaço do vivido. Daquilo que, por ser próximo aos alunos, oportuniza a percepção de que fazem parte da construção histórica. Com isso, a educação patrimonial seria a metodologia utilizada nessa jornada.

A elaboração dessa proposta pedagógica parte de tal necessidade sobre o que pode ser feito para tornar mais atrativas as aulas de História. Além disso, a experiência de estar em um mestrado de ensino de História instiga a nós professores a repensar nossas práticas diariamente.

No primeiro momento, o meu intuito foi pensar na construção de um museu virtual, com a escolha do acervo feita pelos alunos e dando destaque para a história local. Por isso, no final do ano de 2020 solicitei à direção do Colégio Estadual Augusto Cezário Diáz André uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental para desenvolver a proposta. A escolha de uma turma de 9º ano se deu pelo fato de tais alunos já terem uma determinada idade e um certo grau de autonomia, quando comparados aos outros anos. Características que eu acreditava serem necessárias para a elaboração das atividades planejadas, caso fosse necessário circular pelo município, por exemplo. O processo de desenvolvimento da proposta segue descrito.

3.1 Primeira etapa

Seria feita a proposta para a turma durante as aulas, nesse caso em duas aulas com três tempos cada. Algumas temáticas importantes seriam desenvolvidas de modo a ajuda-los entender e desenvolver o trabalho. Consistiria de uma coleta de informações para avaliar qual o grau de conhecimento que os estudantes possuíam sobre os seguintes temas:

- História – o que eles entendem sobre essa disciplina escolar? Eles sabem o que é história oficial e não oficial? Ela é importante para a sua formação como sujeito? Compreender que a História está em todo lugar e que “eu” também faço parte dela;
- Fonte histórica – o que é? Como ela ajuda na construção do conhecimento histórico? Refletir que tudo o que é relacionado ao homem é uma fonte histórica;
- Memória – qual é a relação entre memória e História? Perceber a importância da memória na construção da “minha” identidade;
- Identidade – quem sou eu? O que faz com eu me identifique com o outro? Quais identidades são compartilhadas na escola, no bairro ou no município?;
- Museu – qual é a impressão que os alunos têm quando falo que vamos visitar um museu...? Discutir a função dos museus como espaços de guardar memórias ou espaço educativo;
- Patrimônio – conhecem algum patrimônio do município? Qual é a sua importância? Mostrar a necessidade de conhecer para preservar.

Essas temáticas seriam discutidas e trabalhadas entre os alunos com a mediação do professor. Esse primeiro momento é de grande relevância para a proposta, pois marca o momento de fundamentação dela, o qual nortearia a execução do trabalho.

Para efeito de exemplificação a respeito de museus e do seus acervos, iria destacar dois tipos para os alunos, o Museu da Maré e o Museu da República, apresentando propostas completamente diferentes. Essa apresentação se daria

através do uso da internet. Os alunos acessariam o site dos museus para pesquisar. Indagados a descrever qual é a localização desses museus, como é o prédio por fora. Navegando pelos sites eles observariam as propostas e o tipo de acervo disposto em cada um deles. Enquanto um museu busca seu acervo dentro da comunidade, no próprio espaço do vivido, o outro destaca peças que remontam aos grandes eventos e personagens da nossa História nacional.

Após toda a reflexão, dividiríamos a turma em grupos: cada grupo seria formado por 4 ou 5 alunos e cada grupo responsável por um tema/sala do museu; o que totalizaria quatro delas. Essa divisão das salas por temas possibilitaria ao aluno perceber também a diversidade de tipos de patrimônios.

A definição das salas seria dada pelo professor. As temáticas: uma primeira sala dedicada aos prédios e monumentos da cidade (igrejas, escolas, praças, vila operária, etc.). Nessa sala os alunos colheriam imagens de construções/prédios que de alguma forma tenham significado para eles ou para a história do município. Construções que se destacam, que fazem o aluno parar, olhar e pensar: será que esse prédio grande é antigo?. Ou seja, estruturas que ao passar sempre por elas, os fazem refletir sobre os usos de tais edificações e quanto aos seus proprietários.

A segunda sala estaria relacionada aos acontecimentos, festividades do município em diferentes temporalidades (desfile escolar, montagem do tapete religioso, baile de carnaval, etc.). Nessa sala o aluno seria levado a pensar nos eventos coletivos como as celebrações que ocorrem na cidade. E que podem ter diferentes significados: religioso, cívico, popular, etc. São eventos que envolvem muitas pessoas e diferentes grupos da sociedade. Os quais marcam um momento de lazer e convivência entre as pessoas.

Já a terceira sala seria referente aos objetos da vida privada (pertences antigos, ou não, dos alunos e de seus familiares, etc.) Esses objetos fazem parte da memória e da história do aluno e de seus familiares. Os estudantes explicariam o porquê da escolha. O que ele representa para si e sua parentela. São as memórias individuais abordadas em sala de aula.

A quarta sala estaria dedicada aos lugares por onde eu ando (escola, bairro, município, etc.). Nela, destaca-se não só a história, mas também a geografia do município. Nessa sala seriam apresentados os locais em que os alunos tenham alguma vivência, que eles frequentam. É um caminhar pelo bairro e o município,

buscando ter um novo olhar quanto ao espaço urbano. Assim, relacionar memória e história da cidade às memórias individuais dos alunos.

Dessa forma, o grupo responsável pela sala de prédios e monumentos, recolheria objetos que iriam compor a sua sala (imagens retiradas da internet, fotografias feitas pelos alunos, etc). Itens que mostrem diferentes espaços, em diferentes temporalidades. Já o grupo responsável pelas festividades buscaria imagens, fotografias, vestimentas, entre outros, que retratem essas festividades do município.

Os estudantes escolheriam os bens (imagens) para serem expostos nesse museu. A busca por imagens seria realizada através do uso da internet ou com fotografias tiradas por eles. Depois haveria o confronto das informações para checar a veracidade da imagem e da informação. Seria estabelecido um momento/dia para que esse material pudesse ser apresentado e entregue ao professor e para que até lá fosse feita a pesquisa e o recolhimento dos objetos pelos grupos.

3.2 Segunda etapa

Após a pesquisa e o recolhimento do material, far-se-ia o levantamento e a seleção do material da exposição. Com uma análise do que poderia compor o acervo do museu, afinal, nem todo material recolhido seria “patrimonializado”. Os alunos estariam presentes nesse momento de análise. Mediado pelo professor, alguns critérios seriam estabelecidos no processo de escolha do material por parte dos alunos, como: o seu valor histórico, se faz parte de uma memória afetiva, se é reconhecido socialmente, isto é, popular, se já é um patrimônio, etc.

Essa fase é de grande importância, pois perceberiam que assim como a história presente nos livros didáticos e narrada em sala de aula, a seleção das imagens também constituem um processo de escolhas e silenciamentos. Um processo sobre aquilo que quero ou não contar; quais memórias quero preservar...

Também nesse momento ocorreria a identificação do acervo recolhido (data, local e quem o produziu). Além da sua contextualização, junto com a descrição de sua importância para os indivíduos. Os alunos, com os seus grupos, ficariam responsáveis pela legenda do acervo em sua sala correspondente.

3.3 Terceira etapa

Etapa de elaboração do museu e apresentação do acervo recolhido pelos alunos. Nesta etapa seria construído virtualmente o museu. Este, assim como foi mencionado anteriormente, receberia uma exposição online com as quatro salas apresentadas. Para que isso ocorresse, pretendeu-se que os alunos construíssem o a exposição virtual com a ajuda da plataforma de criação de sites WIX. Nesse site, as salas temáticas seriam localizadas e nelas estaria o acervo correspondente. Aqui faz-se clara a participação dos estudantes, com o protagonismo do aluno ressaltado ao longo de todo o desenvolvimento da proposta.

Cada sala seria composta por aproximadamente seis peças e cada peça teria a sua identificação, com alguma informação/impressão preparada pelos alunos a respeito daquele item. Essa impressão refere-se àquilo que sensibiliza o aluno, o seu olhar, aquilo que o toca. O produto final então consistiria na construção do site.

Tal planejamento seria posto em prática ao longo do ano letivo. Entretanto, um fato inesperado ocorreu ao longo da minha trajetória no mestrado: a Pandemia do COVID-19. Esse fato alterou completamente o que havia projetado. No dia 26 de março de 2020 tudo parou, inclusive as aulas do ProfHistória.

Quando pensei na proposta, não imaginava que as aulas na escola só retornariam em 2021 e através do ensino remoto, com o uso de um aplicativo ou por apostilas retiradas na escola. Isso dificultou bastante a execução das atividades. A falta de interação com os alunos me frustrou muito. Era necessária a participação dos alunos em todo o desenvolvimento do trabalho projetado, à vista disso, a proposta não foi desenvolvida nesse primeiro momento.

Quando houve o retorno às aulas “presenciais” ainda estávamos dentro do cenário da pandemia. Isso ocorreu em meados do ano de 2021, mais precisamente em agosto. As aulas eram em forma de rodizio (grupo A e B), em horários diferenciados. Não havia a obrigatoriedade de os alunos frequentarem e muitos preferiram permanecer em casa utilizando a plataforma de ensino remoto ou as apostilas.

O meu contato direto com a turma de modo geral era pouco. Mas mesmo assim apresentei a proposta em uma conversa aos poucos que frequentavam as aulas. Alguns se interessaram e demonstraram animação perguntando quando iriam

começar. Então resolvi criar um grupo do Whatsapp para facilitar o contato e a troca de informação, no entanto não obtive um bom resultado. Os poucos alunos que estavam no grupo não participavam/interagiam. Era solicitado através do grupo uma atividade como pesquisar sobre os patrimônios de São Gonçalo, mas não havia retorno. A frustração novamente apareceu.

Todas essas dificuldades eram passadas ao meu orientador e sempre procurávamos uma solução para sanar as demandas que eu apresentava. Diante do exposto e pensando no que poderíamos fazer, decidimos optar por uma proposta pedagógica.

No dia 25 de outubro de 2021, o esquema de rodizio acabou. Entretanto, ainda haviam alunos que retiravam apostilas na escola não frequentando as aulas. Já estávamos no final do ano letivo, muitos alunos faltavam e outros que já tinham a nota necessária para serem aprovados deixavam de frequentar, indo esporadicamente às aulas. Devido a esse ano atípico o desenvolvimento do trabalho não ocorreu.

O ano letivo de 2022 começou e com ele uma nova possibilidade para desenvolver a proposta. Retornar às aulas normais ainda não foi uma tarefa fácil, o déficit de aprendizagem decorrente da pandemia foi enorme. Se já haviam problemas antes, estes se intensificaram profundamente. Alunos que mal sabiam ler e escrever; com problemas de ansiedade e que choravam durante as aulas; que não sabiam mais como se comportar em sala, entre outros. Foi um ano que iniciou com muitos desafios para nós professores.

Fiquei com as turmas do 7º ano do ensino fundamental. Resolvi então trabalhar com uma turma específica, a 702. Apesar de serem mais novos e mais agitados, iria tentar propor o projeto com eles. Durante uma das minhas aulas, resolvi conversar com a turma sobre a proposta de trabalho. Expliquei o que seria feito e que gostaria da participação deles. Poucos se entusiasmaram, alguns ainda perguntaram se valia nota. Perguntei se sabiam o que era um patrimônio, se conheciam algum no município, se conheciam a história de São Gonçalo. Decidi começar com o mais próximo a eles e assim iria desenvolver o trabalho ao longo do ano. Como primeira tarefa, solicitei que tirassem uma foto de algo na casa deles que considerassem importante e escrevessem sobre o porquê daquela escolha. Sob a indagação de se aquele objeto poderia ser patrimonializado; considerado uma peça de museu.

Eu entrava na turma duas vezes na semana, às segundas e quintas-feiras. Dei como prazo uma semana para a entrega do material. Eles não entregaram o que foi pedido; por não terem celular; pelo desinteresse; ou por não valer nota. Diante dessa situação, escolhi alguns alunos das outras turmas do 7º ano para a atividade. Com muita paciência e prolongando o prazo, consegui o material de alguns alunos.

Teve um caso específico que me marcou, eu pedi a um aluno que refizesse a foto e escrevesse por que escolheu aquele objeto, ele respondeu simplesmente que não iria fazer. Por mais que conversasse com ele, o aluno afirmou que não estava a fim de refazer o que eu havia solicitado. Também não consegui caminhar com eles. O pouco resultado que consegui foi quase que implorando, tinha que ficar sempre cobrando. No final do ano, em outubro, descobri que estava grávida.

Mais um ano letivo, 2023, começa e a violência aparece com força. A escola sofreu com ameaças de ataques divulgados na internet, apavorando não só os alunos, como a comunidade escolar. Muitos alunos deixavam de ir à escola com medo. Nos dias em que era divulgado que a escola sofreria um ataque muitos alunos não compareciam. Tínhamos nesses dias a presença da ronda escolar visitando as salas e conversando com os alunos, além do carro da polícia militar parado em frente à escola.

Houve um dia que a direção colocou um detector de metal para tentar passar mais segurança aos alunos e funcionários. Agora imagine-me grávida, passando por isso. Enfim, não podia mais esperar a boa vontade dos alunos e comecei a tentar desenvolver a proposta. A pensar em imagens que eles poderiam conhecer ou não, antigas e atuais para discutir acervo/patrimônio e assim montar uma exposição. Desde já foi considerado aquilo que poderia ser significativo para os alunos; no seu entorno; no município; e que viesse chamar sua atenção.

Para a elaboração da exposição, a única sala que eu tinha naquele momento era a sala “objetos da vida privada”, anteriormente descrita. Pois havia conseguido no ano anterior que os alunos me trouxessem a imagem de objetos com algum valor para eles ou sua família. Houve algumas alterações nas salas em relação à proposta inicial. De quatro salas, agora teríamos cinco. Foi acrescentada a sala “Escola” e houveram algumas alterações na sala “Lugares por onde eu ando”, que agora passaria a se chamar somente “Lugares”.

Agora era necessário elaborar as salas. Porém, no início de maio de 2023, tive que me ausentar da escola. Passei por um parto de emergência. O trabalho

parou novamente. Era o momento de me dedicar a minha filha. Voltei a desenvolver a proposta após alguns meses. E, tirando as duas salas mencionadas acima, o restante permaneceu basicamente o mesmo e o resultado obtido foi o que apresento nesta dissertação.

Intitulei a exposição “Morando em São Gonçalo você sabe como é...”, fazendo referência a um trecho da música “São Gonça” do cantor Seu Jorge, que foi morador do município.

A primeira sala foi referente aos objetos da vida privada dos alunos. Formada por imagens de objetos que os alunos consideraram importantes em sua vida, ou para sua família. Começar por essa sala teve por objetivo partir daquilo que é mais próximo ao aluno – a sua família, a sua casa, para só depois ampliarmos. Os alunos reconheceriam a historicidade em seus pertences, como são importantes na construção de suas memórias e da sua identidade.

A segunda sala foi “A escola”. Ela teve por finalidade apresentar a escola para os alunos com o auxílio de alguns objetos presentes no seu cotidiano e que eles normalmente ignoram. Além de trazer outras memórias para destacar a importância da escola na comunidade e de construir uma relação de pertencimento entre o aluno e aquele espaço. Elemento tão relevante diante do quadro de violência que se configurou no ano anterior. Procurou-se compreender a escola enquanto um lugar no qual o aluno passa parte do seu dia e da sua vida, destacando o papel da escola na sua formação. Bem como um espaço de troca de experiências, receptora e criadora de cultura. Em suma, provocar no estudante um novo olhar sobre aquele ambiente.

“Prédios e monumentos” foi a terceira sala. Ela destaca as edificações da cidade. Antigas e novas construções que fazem parte do dia a dia dos alunos no bairro e no município. Muitos alunos desconhecem patrimônios já consagrados, bem como a possibilidade de patrimonializar outros. É um caminhar pela cidade com um novo olhar, buscando novas possibilidades de refletir sobre aquela construção.

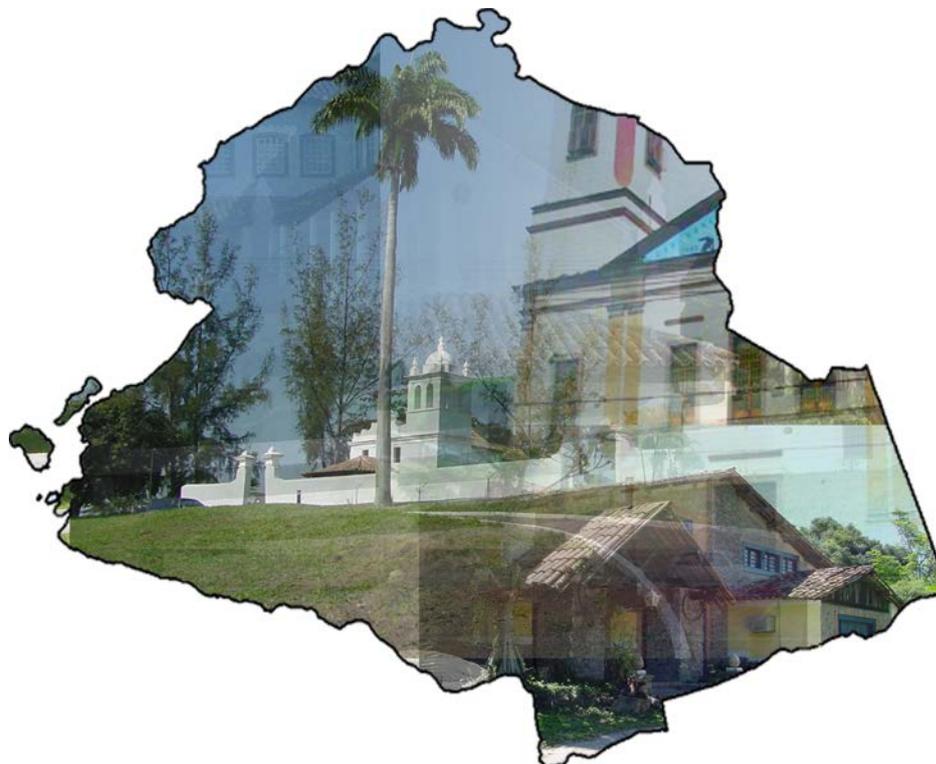
A próxima sala foi sobre festas e acontecimentos que ocorrem no município. Alguns eram conhecidos dos alunos e outros não. São os eventos coletivos que ocorrem na cidade e concentram diferentes pessoas e grupos. Essa sala apresentou momentos de descontração e interação entre os indivíduos.

A última sala foi “Lugares”. Nessa sala encontramos locais que se destacam por sua paisagem, natureza ou história. Não só a história foi apresentada como

também um pouco da geografia do município. Os alunos puderam observar a interdisciplinaridade com a geografia, a preocupação com a preservação ambiental, além de perceber que existe uma diversidade de tipos de patrimônios culturais. Mostrou-se outro ângulo do município, revelando que São Gonçalo não é só prédios, violência e pobreza, mas também natureza e belezas.

4 A EXPOSIÇÃO

Figura 1 - Morando em São Gonçalo, você sabe como é...



Fonte: Wilson Talhufar (2015). Disponível em: <https://tafulhar.blogspot.com/2015/03/mas-a-final-de-contas-o-que-e-tombamento.html>. Acesso em: 23/06/2023.

A exposição teve como objetivo apresentar um novo olhar sobre São Gonçalo. Via a contribuição dos alunos foi possível trazer à luz dimensões diferenciadas do município. A partir do espaço escolar, no caso do Colégio Augusto Cezário Diáz André, os alunos apresentaram aquilo que para eles possuía significado, contribuindo para construção de memórias, formação de identidade e produção de pertencimento ao local.

Trazer a História Local como uma ferramenta para o ensino de História é facultar que os alunos partam daquilo que eles já conhecem, para então ampliar sua visão de mundo. É entender conceitos a partir do que que é próximo, para depois utilizá-los em uma escala maior, macro.

Cada item teve por objetivo sensibilizar o aluno, fazê-lo refletir sobre aquilo que de alguma forma pode contribuir para a construção de sua identidade. E não somente ressaltar a história, mas também a geografia do município. Compreender que aquele objeto é uma fonte histórica, e que uma fonte histórica não é só feita de

coisa velha, ou oficial, mas também do cotidiano. Compreender que tudo tem história. E refletir que a História é uma construção na qual ocorre a seleção daquilo que desejamos guardar ou não, tal qual ocorre com a memória.

O nosso percurso começa através dos objetos pessoais dos alunos, logo em seguida destacamos a escola. Continuando a nossa jornada, damos destaques aos prédios e construções do município que de alguma forma chamaram a atenção dos alunos. Também destacamos alguns acontecimentos e festividades. E não podemos esquecer de sublinhar a geografia, com algumas paisagens do município.

4.1 Sala 1: Objetos da Vida Privada

A nossa jornada começa pela sala de objetos da vida privada. Essa sala teve como objetivo apresentar objetos particulares dos alunos. Cada item tem um determinado valor, considerados pelos discentes objetos que deveriam ser patrimonializados. Preservados, já que segundo eles contêm uma história.

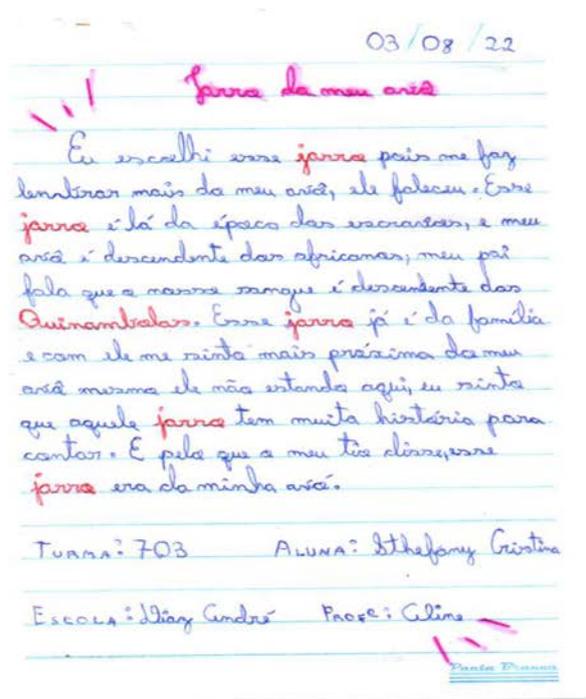
São objetos de família que carregam em si uma memória. O ato de procurar algo em suas casas promoveu uma seleção dessas memórias mediante a fala de familiares sobre o item, ou a própria fala do estudante sobre o seu objeto.

Figura 2 – Jarra de cerâmica



Fonte: arquivo pessoal da aluna.

Figura 3 – Nota sobre a jarra



Fonte: texto escrito pela aluna.

Transcrição do texto da aluna Sthefany Cristina, turma 703:

Eu escolhi esse jarro, pois me faz lembrar mais do meu avô, ele faleceu. Esse jarro é lá da época dos escravos, e meu avô é descendente dos africanos, meu pai fala que o nosso sangue é descendente dos Quilombolas. Esse jarro já é da família e com ele me sinto mais próxima do meu avô mesmo ele não estando aqui, eu sinto que aquele jarro tem muita história para contar. E pelo que meu tio disse, esse jarro era da minha avó.

Figura 4 – Foto dos avôs



Fonte: arquivo pessoal da aluna.

Figura 5 – Nota sobre a foto dos avôs

História

{ Aluno(a): Brenda Vitória
 Prof: Aline
 Turma: 702 }

Que tempo de valor em casa → Os retratos dos meus avôs que já são falecidos.

Que me chama atenção na rua → lojas de roupas, por normalmente ter roupas muito bonitas.

Os retratos dos meus avôs são importante, pois eles já faleceram e eu gostaria muito de ter conhecido eles.

Fonte: texto escrito pela aluna.

Transcrição do texto da aluna Brenda Vitória, turma 702:

O que tenho de valor em casa: Os retratos dos meus avós que já são falecidos. O que me chama atenção na rua: lojas de roupas, por normalmente ter roupas bonitas. Os retratos dos meus avós são importante, pois eles já faleceram e eu gostaria muito de ter conhecido eles.

Figura 6 – Jaquetinha



Fonte: Arquivo pessoal da aluna

Figura 7 – Nota sobre a jaquetinha

Eu acho que essa jaquetinha deveria ser exposta em um Museu porque de é de 40 anos atrás, mais o menos. Minha mãe (45 anos) a usava quando tinha 1/2 anos. Logo, seu valor aumenta por ser "antigo". Não é algo que se encontra todo dia, um objeto de 40 anos atrás, sabendo que dele se usava por 1978-1979, mas a data de fabricação exata é desconhecida. Também sobre a foto desta jaquetinha carregar uma história de superação. É é por isso que ela é importante, pelo menos para mim.

-ANNA LUÍZA MORAES BERZE DOS SANTOS
702 ☺

Fonte: texto escrito pela aluna.

Transcrição do texto da aluna Anna Luíza Moraes dos Santos, turma 702:

Eu acho que essa jaquetinha deveria ser exposta em um Museu porque ela é de 40 anos atrás, mais o menos. Minha mãe (45 anos) a usava quando tinha 1/2 anos. Logo seu valor aumenta por ser "antigo". Não é algo que se

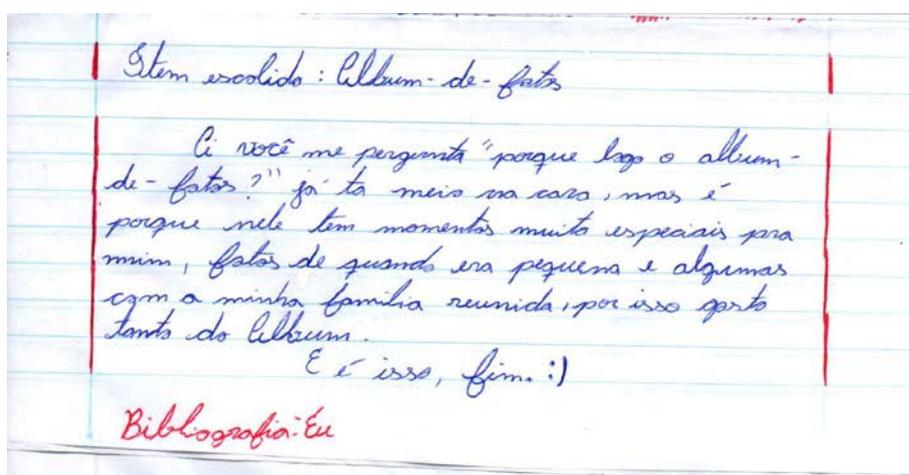
encontra todo dia, um objeto de 40 anos atrás, sabendo que ele foi usado por 1978/1979, mas a data de fabricação exata é desconhecida. Também sobre o fato desta jaquetinha carregar uma história de superação. E é por isso que ela é importante, pelo menos para mim.

Figura 8 – Álbum de fotos



Fonte: arquivo pessoal da aluna

Figura 9 – Nota sobre álbum de fotos



Fonte: nota escrita pela aluna.

Transcrição do texto da aluna Isabella de Siqueira Santos Lopes, turma 702:

Item escolhido: Álbum de fotos

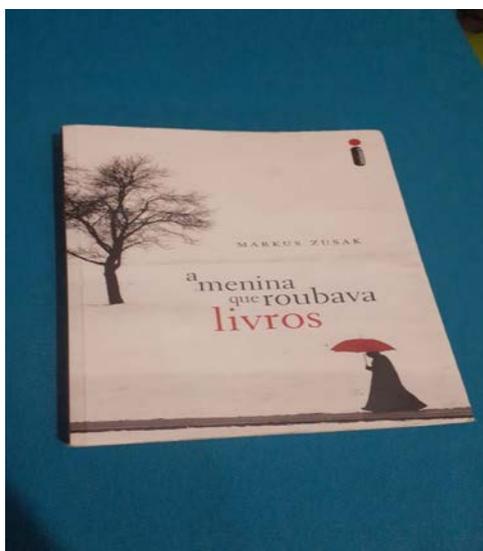
A você me pergunta "por que logo o álbum de fotos?" já tá meio na cara, mas é porque nele tem momentos muito especiais pra mim, fotos de quando

era pequena e algumas com a minha família reunida, por isso gosto tanto do álbum.

E é isso, fim. :)

Bibliografia: Eu

Figura 10 – Livro



Fonte: Arquivo pessoal da aluna

Figura 11 – Nota sobre o livro

21.10. Sarissa

A menina que roubava livros

Meu livro em um Museu...

Toda vez em que eu vejo todos falamos:
- "Ah já li este livro! É legal!"
Eu me sinto uma jornalista porque todos me perguntaram "O que você entendeu do livro?" "O que você pensa sobre ele?!"

Eu até esqueci dessas perguntas
Mas não tantas...

Bem, o livro "A menina que roubava livros" foi o meu primeiro livro em que eu gostei, gostei dele com 17 anos de idade, pode acreditar, mas terminei o livro até agora. São aproximadamente 545 páginas, por aí. Foi o primeiro livro em que eu gostei, me senti confortável... É um livro de drama, eu acho!

Bem eu queria que todos pudessem ler o livro. Todos mesmo!

Queria que ele estivesse em um dos mais famosos Museus do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais.

O livro relata de uma menina que encontrou a morte de Jesus.

Quando o monte vem, tem que parar para ler!"

Eu queria que também que ele fosse em teatros e tal lugar famoso assim.

Bem sempre em que minha família decide sair, claro que tá com o livro. Eu queria o livro como meu "meio".

continuação ->

21.10.

Bem, até que eu gastava um pouco das perguntas todos que passariam por mim (Eu sempre andava com o livro) ficavam me falando, parecia até que eu estava respondendo uma outra melhor, UM FVZIL.

O tempo em que demorei para acabar com o livro foi em torno de 17 meses.

Como vocês podem ver, eu não realmente li um livro, tenho mais 6 para ler, O 1 foi esse em que eu estou relatando, o 2 livro é romance (Meu segundo livro) O 3 é drama, o 4 é terror, o 5 é suspense e o último é comédia, esse de comédia, eu li até a página 20...

Apresento ler livros de noite, pelo fato de ser tudo silencioso

Bem esse foi aqui eu escrevi:

Para: Aluna

De: Sarissa

Fonte: nota escrita pela aluna.

Transcrição do texto da aluna Larissa Saturno, turma 704:

A menina que roubava “livros”!

Meu livro em um Museu?

Bom. O livro “A menina que roubava livros” foi o meu primeiro livro em que eu ganhei, ganhei ele com 11 anos de idade. Pode acreditar não terminei o livro até agora. São aproximadamente 545 páginas, por aí. Foi o primeiro livro que eu gostei, me senti confiável.

É um livro de drama, eu acho!

Bom eu queria que todos pudessem ler o livro. Todos mesmo!

Queria que ele estivesse em um dos mais famosos Museu do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais.

O livro relata de uma menina que encontrou a morte 3 vezes.

“Quando a morte vem, tem que parar para ler!”

Eu queria que também que ele ficasse em teatros e tal lugar famoso assim.

Bom sempre em que minha família decidia sair, claro eu ia com o livro. Eu aceitava o livro como meu “irmão.”

Toda vez em que eu saio todos falavam:

- Eu já li este livro! É legal!

Eu me sentia uma jornalista, porque todos me perguntavam “O que você entendeu do livro?” “O que você pensa sobre ele”...

Eu até gostava dessas perguntas

Mas não tantas...

Bom, até eu gostava um pouco das perguntas. Todos que passavam por mim (Eu sempre andava com o livro ficavam me olhando, parecia até que eu estava segurando uma arma melhor, UM FUZIL .

O tempo em que demorei para acabar com o livro foi entorno de 7 meses.

Como vocês podem ver, eu amo realmente ler um livro, tenho mais 6 para ler. O 1 foi esse em que eu estou relatando, o 2 livro é romance (meu segundo livro).

O 3 é drama, o 4 é terror, o 5 é suspense e o último é comédia, esse de comédia, eu li até a pagina 20...

Acustumo ler livro de noite, pelo fato de ser tudo silencioso.

Bom esse foi o que eu escrevi.

Figura 12 – Boneca de pano



Fonte: arquivo pessoal da aluna.

Figura 13 – Nota sobre a boneca de pano

Carolina de Melo.

★ 1ª boneca

Essa boneca é a minha primeira boneca da vida, ganhei ela lá em 2010 por uma grande amiga da minha mãe que depois de um tempo eu acabei sendo também.

~~Essa~~ Essa boneca é muito importante pra mim, mesmo estando nesse estado de acabada. Ela estava sempre comigo, nos momentos bons e ruins, quando eu estava com medo ou nervosa ela sempre estava lá me acalmando. Eu adoro ela demais.

A amiga da minha mãe e eu perdemos o contato ~~o~~ mas continuo tendo essa boneca como lembrança.

Fonte: nota escrita pela aluna.

Transcrição do texto da aluna Carolina de Melo, turma 704:

1ª boneca

Essa boneca é minha primeira boneca da vida, ganhei ela lá em 2010 por uma grande amiga da minha mãe que depois de um tempo eu acabei sendo também.

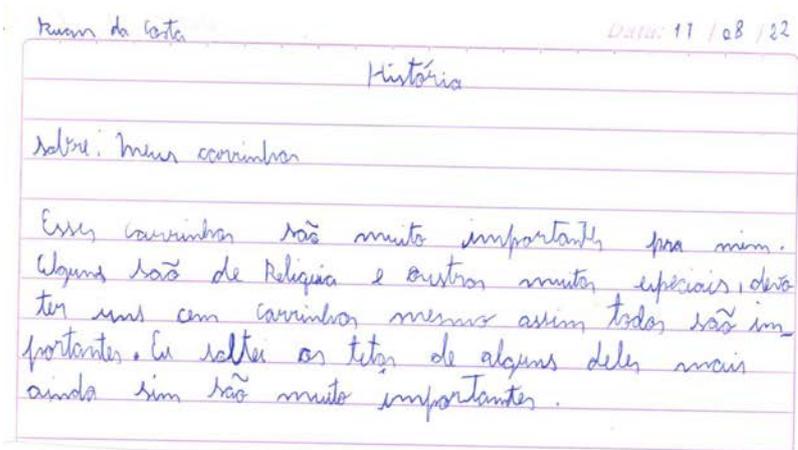
Essa boneca é muito importante pra mim, mesmo estando nesse estado de acabada. Ela estava sempre comigo, nos momentos bons e ruins, quando eu estava com medo ou nervosa ela sempre estava lá me acalmando. Eu adoro ela demais. A amiga da minha mãe e eu perdemos contato, mas continuo tendo essa boneca como lembrança.

Figura 14 – Carrinhos



Fonte: arquivo pessoal do aluno

Figura 15 – Nota sobre os carrinhos



Fonte: nota escrita pelo aluno.

Transcrição do texto do aluno Ruan da Costa, turma 702:

História

Sobre: Meus carrinhos

Esse carrinhos são muito importantes pra mim.

Alguns são relíquias e outros muito especiais, devo ter uns cem carrinhos mesmo assim todos são importantes. Eu soltei os tetos de alguns deles mais ainda sem são muito importantes.

Figura 16 – Livro infantil



Fonte: arquivo pessoal da aluna.

Figura 17 – Nota sobre o livro infantil

Rihanno Vidal - n.º 27 - turma 704.

Eu colocaria o livro "Ao pé da letra" em um Museu porque foi o primeiro livro que eu consegui ler sozinho assim que aprendi a ler! Fiquei super feliz né porque eu só lia gaguejando e ele conseguiu ler tudo sem gaguejar. Então é isso...

Rihanno Vidal

Fonte: nota escrita pela aluna.

Transcrição do texto da aluna Rihanna Vidal, turma 704: O Eu colocaria o livro “Ao pé da letra” em um museu porque foi o primeiro livro que eu consegui ler sozinho assim que aprendi a ler!

Fiquei super feliz né porque eu só lia gaguejando e ele consegui ler tudo sem gaguejar.
Então é isso.

4.2 Sala 2: Escola

A seguir, chegamos à sala “Escola”. Essa sala teve como proposta apresentar objetos relativos ao Colégio Estadual Augusto Cezário Diáz André. Desde objetos que pertencem à escola como os que remetam a ela. Incluem-se objetos pessoais de ex-alunos. Esses “objetos” antigos e atuais resgatam e criam memórias relativas à escola.

Diante do quadro de violência escolar dos últimos tempos, foi possível por meio dessa sala reconstruir memórias e criar laços de pertencimento entre os alunos com o espaço escolar. Isso a partir do momento em que os estudantes passam a reconhecer a escola e os seus espaços como seus.

Tais objetos foram escolhidos pela professora com o objetivo de sensibilizar os alunos. Os estudantes circulam pela escola e esses objetos lá estão, visíveis para eles. Entretanto, não os percebem ou não os enxergam.

Outros objetos, os que remetem à escola, são representantes de um passado que pode ter sofrido alteração ou não. Eles contêm uma memória, uma história, que com o seu resgate é reavivada.

Figura 18 – Inauguração da escola mais tarde batizada como Augusto Cezário Diaz André



Fonte: acervo da família Diaz André, extraída de matéria por Erick Bernardes. Disponível em: <https://www.jornaldaki.com.br/a-vocaçao-terapeutica-do-bairro-pacheco-por-erick-bernardes>. Acesso em: 20/12/2023.

Figura 19 – Atual entrada da escola Augusto Cezário Diaz André



Fonte: Aline Abreu – 03/10/23, Rua Leonilda Pinheiro da Silva, 0 Pacheco, São Gonçalo.

Segundo Erika Ribeiro³ (2018, p. 89), o atual Colégio Augusto Cezário Díaz André, foi fundado em 31 de julho de 1965. A primeira escola foi criada em 1887, em uma casa no início da rua onde hoje fica a escola e antes era chamada de Redentor

³ Erika Minas Ribeiro é mestre formada pelo ProfHistória em 2018 pela Universidade Federal Fluminense. Sua dissertação intitulada “História Oral e História do Funk na Escola” aborda a metodologia da História Oral para abordar a história do funk no município de São Gonçalo. Tal qual como a cultura funk proporcionou a inserção da cultura jovem no espaço escolar, trazendo à tona discussões acerca de gênero, relações étnico-raciais, criminalização da pobreza e da presença da História da cultura afro-brasileira. É professora da rede Estadual do Rio de Janeiro lecionando atualmente no Colégio Augusto Cezário Díaz André.

Isabel (foi a primeira escola do bairro Pacheco). Na primeira imagem podemos observar crianças com vestimentas que parecem ser de primeira comunhão.

Atualmente, a escola funciona em três turnos abrangendo turmas do Ensino Fundamental e Médio. Uma curiosidade é a direção, que ocupa o cargo há 30 anos (eleita em 1992).

Prentendemos, portanto, apresentar aos alunos a história da escola, como ela era no passado e sua localização. Conhecê-la para valorizar e assim proteger aquele espaço que faz parte do dia a dia dos alunos e da comunidade. Tal como para pensar no papel da escola na vida do indivíduo/sujeito, já que o aluno passa anos naquele local adquirindo conhecimento.

Figura 20 - Quadro de Augusto Cezário Diaz André



Fonte: Aline Abreu – 03/10/23, secretaria da escola.

A imagem apresenta o quadro com a fotografia do farmacêutico Augusto Cezário Diáz André, que dá nome à escola. De acordo com Erick Bernardes (2019)⁴, Augusto Cezário foi um farmacêutico, filho de espanhóis que chegaram ao Brasil por volta de 1930. Eles compraram uma fazenda no atual bairro Pacheco, onde plantavam tamarindos, laranjas e outros produtos. Dedicando-se ao ramo de

⁴ Erick Bernardes é doutorando em Literatura Comparada na Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor de Língua Portuguesa pela Faculdade de Formação de Professores da UERJ (FFP/UERJ). Mestre e Especialista em Estudos Literários pela FFP-UERJ. Atualmente é colaborador cronista do Jornal A Voz da Serra, do Jornal Daki, colunista e revisor do Jornal Diário da Poesia. Coautor de variados livros de artigos científicos na área da Educação e Tecnologia. Autor do livro Panapaná: contos sombrios e do livro Cambada: crônicas de papa-goiabas (informação retirada do LinkedIn em 28/09/2023).

farmácia, Augusto Cezário ajudava na cura das enfermidades que assolavam a população. Alguns de seus familiares até hoje vivem no bairro.

Esse quadro fica localizado na secretária do colégio, local que em certa medida os alunos também utilizam, seja para receber uma advertência, ligar para o responsável ou simplesmente conversar com a direção.

Trazer o quadro com a fotografia do Diáz André é refletir sobre quem ele é, qual a sua importância para a comunidade. Além de aprofundar sobre a história do bairro e da escola.

Figura 21 – Mastro



Fonte: Aline Abreu – 03/10/23, pátio da escola.

Os mastros da escola ainda resistem ao tempo. Durante o ano letivo, os alunos passam por eles constantemente. Eles estão lá desde a sua construção em 1965 e simbolizam algo que não se alterou com o passar do tempo.

A função dos mastros é de hastear bandeiras, função que há bom tempo não presenciamos na escola. E que provavelmente os alunos desconhecem. Trazê-los tem como proposta pensar naquilo que se alterou, ou não, com o passar do tempo. Apesar das obras pelas quais a escola passou, eles continuam no local, talvez servindo apenas como um lembrete de um momento em que a escola hasteava a bandeira.

Figura 22 – Quadro da Professora Priscila



Fonte: Aline Abreu – 03/10/23, biblioteca da escola.

A foto acima é da ex-professora de português, Priscila, que lecionou na escola há anos e faleceu ainda muito nova. Uma forma pela qual a escola encontrou de homenageá-la foi batizar a biblioteca com o seu nome. Esse quadro fica exposto na biblioteca, local em que os alunos frequentam em busca de livros.

A professora Priscila foi professora de uma das atuais diretoras da escola. Assim como o quadro do Diáz André, o da professora Priscila também não é percebido pelos alunos.

Objetivou-se, pois, conhecer mais um personagem que faz parte da história da escola e do seu grau de importância para aqueles que conviveram com ela. Trazer memórias à tona e compartilhá-las com os alunos construindo, dessa forma, a ideia de pertencimento.

Figura 23 – Foto de formatura



Fonte: arquivo pessoal da ex-aluna Janaína Braga.

Essa foto é um dos itens que remetem à escola. Ela mostra a formatura da ex-aluna Janaína Braga, na turma da 8ª série do 1º grau⁵ de 1991, que atualmente é professora de geografia na escola. Nessa época a escola só formava alunos até a 8ª série do primeiro grau, atual ensino fundamental. Há alguns anos o colégio já oferece também o Ensino Médio (antigo 2º grau). É interessante refletir como essa era uma etapa de grande alegria para os estudantes da 8ª série: a conclusão do 1º grau.

Uma curiosidade dessa foto fica por conta da mesa onde está a toalha branca. Essa mesa era onde os alunos faziam suas refeições, feita de cimento e ficava em frente ao atual refeitório; pode-se dizer que ficava no pátio.

Buscou-se aqui compreender os processos de transformação que a escola passou ao longo do tempo, as mudanças que ocorreram no seu espaço físico. E até nas modalidades de ensino.

⁵ Atual nono ano do ensino fundamental.

Figura 24 – Diploma



Fonte: arquivo pessoal da ex-aluna Janaína Braga.

Esse é mais um dos itens que remetem à escola: o diploma de conclusão do antigo 1º grau. O documento representa para os alunos uma etapa concluída com sucesso em suas vidas. A partir desse marco, aqueles que tivessem interesse em seguir seus estudos, “fazer o 2º grau”, deveriam concretizar esse objetivo em outra escola, já que na época a escola não oferecia tal segmento.

Qual é a importância de um diploma para um aluno? O que o estudante espera quando termina uma etapa dos seus estudos? O que esse diploma representa para ele? Através do diploma da professora Janaína, podemos refletir sobre a trajetória escolar do aluno. O que ele já concluiu e o que ele almeja para si?

Figura 25 – Professora de História Adenilza e ex-aluna Rosemere

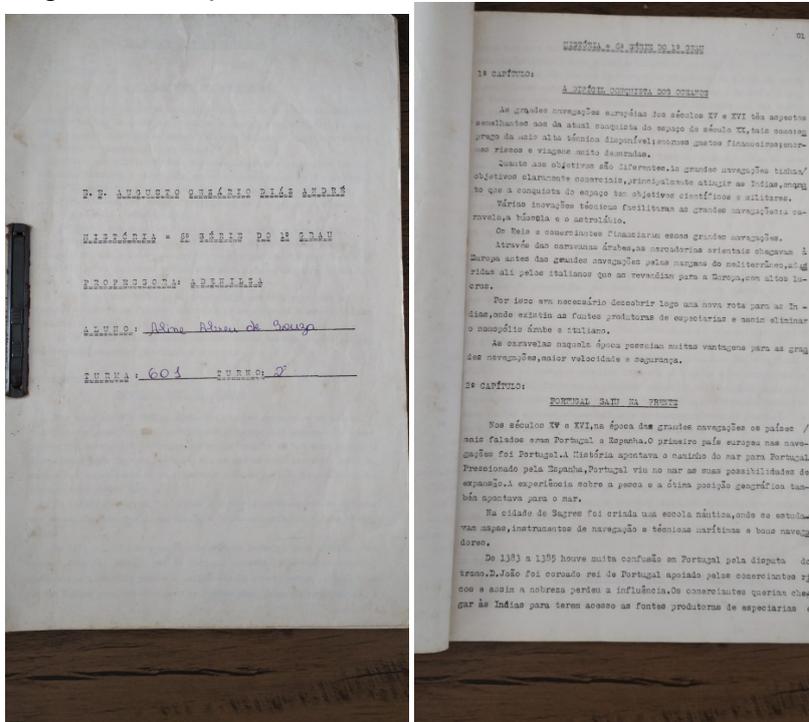


Fonte: arquivo pessoal da ex-aluna Janaína Braga.

O item acima apresenta a professora de História Adenilza e a ex-aluna Rosemere Lima. Nessa época a professora Adenilza era coordenadora de turno da escola. Atuou durante anos, aposentando-se em 2009. Era uma professora muito querida pelos alunos. Com essa fotografia busca-se trazer à memória aquele professor que de alguma forma foi significativo na trajetória escolar do aluno.

Na imagem, também podemos observar como era a sala de aula na década de 1990 e refletir como ela é atualmente. Hoje não se tem mais o quadro de giz, substituído pelo quadro branco; as carteiras mudaram, não são de ferro (com suas laterais que sujavam o uniforme), nem mais do tipo em que dois alunos sentavam juntos, mas sim assento individual. Incentivos para refletir sobre as mudanças e permanências da sala de aula.

Figura 26 – Apostila



Fonte: Aline Abreu – 12/10/23.

Esse era o material didático utilizado pelos alunos da escola durante as aulas de História da 6ª série do 1º grau. É uma apostila produzida pela referida professora Adenilza, que “pegava” dinheiro com os alunos para a sua confecção. Naquela época os alunos mal recebiam livros do governo. Essa foi uma alternativa que a professora encontrou para ter algum material que desse suporte às suas aulas. O

que torna relevante comparar com os dias de hoje, em que os alunos recebem os livros de praticamente todas as disciplinas no início do ano.

Logo, pode-se analisar como era o material didático nas escolas, como mudou e está mudando com a inserção da tecnologia na sala de aula.

4.3 Sala 3: Cimento e Cal

A terceira sala é dedicada aos prédios e construções. Na sala “Cimento e Cal” foram apresentadas algumas edificações que de alguma maneira tocam os alunos, espaços que chamam a atenção dentro do município.

Ao optar por construções privadas ou públicas sensibilizamos os alunos a se questionar o porquê de tal divisão e seleção. O que o chamou a atenção em relação àquela edificação? Como ela é apropriada pela população? Quais alterações já ocorreram? Assim, instigamos o aluno a ter um olhar mais aguçado em relação às edificações do seu entorno.

Figura 27 – Igreja de Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Foto de Alexei (2015), no Blog “História e Monumentos”. Disponível em: <https://acmnit.wixsite.com/acmn/n-s-conceicao-cordeiros>. Acesso em 20/12/23.
Localização: Estr. do Pacheco, 756 – Pacheco, São Gonçalo. Propriedade: Arquidiocese de Niterói.

O primeiro objeto eleito dessa sala é a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, localizada no bairro do Pacheco. Antes conhecida como Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Cordeiro. Sua construção data de 1842, foi construída após uma doação de terras por parte de Lourenço Lopes de Jesus para que fosse construída uma igreja e um cemitério.

A Igreja, conhecida pelos moradores como “Igreja do Pacheco”, faz parte do cotidiano de quem moram o bairro assim como da vida dos alunos, principalmente por se localizar próximo à escola. É um espaço o qual os alunos frequentam.

Antigamente havia um campo de futebol na área pertencente à Igreja que servia como espaço para prática de educação física entre os alunos da escola. Atualmente esse campo não existe mais e o espaço foi aproveitado para a ampliação da Igreja.

No dia 8 de dezembro é celebrado o dia de Nossa Senhora da Conceição, quando ocorre a alvorada com a queima de fogos, as missas e a procissão pelo bairro com a imagem da santa.

A Igreja não é apenas um espaço religioso, mas também de entretenimento e cultura. É um local de afetividade e encontro. Todo ano ocorre a confecção de tapetes no feriado de Corpus Christi. Assim como temos sempre a presença do circo ou do parque de diversões na área não utilizada pela Igreja.

Elementos que nos fazem analisar o papel desempenhado pela Igreja no bairro, sua história, sua importância para a população local e as formas de utilização de tal espaço pela comunidade.

Figura 28 – Cemitério de Pacheco



Fonte: Jornal Folha do Pacheco. Disponível em:
<https://www.facebook.com/FolhadoPacheco/posts/984189078675209>.
Acesso em: 20/12/23.

Figura 29 – Herma de homenagem ao Barão de São Gonçalo, no Cemitério de Pacheco



Fonte: Foto de Jorge Cesar Pereira Nunes (2010). Disponível em: <https://tafulhar.wordpress.com/2018/04/12/sao-goncalo-cemiterio-lugar-de-historia-e-arte>. Acesso em: 20/12/23. Localização: Matilde Leonora Costa Ramos - Pacheco, São Gonçalo. Propriedade: Pública.

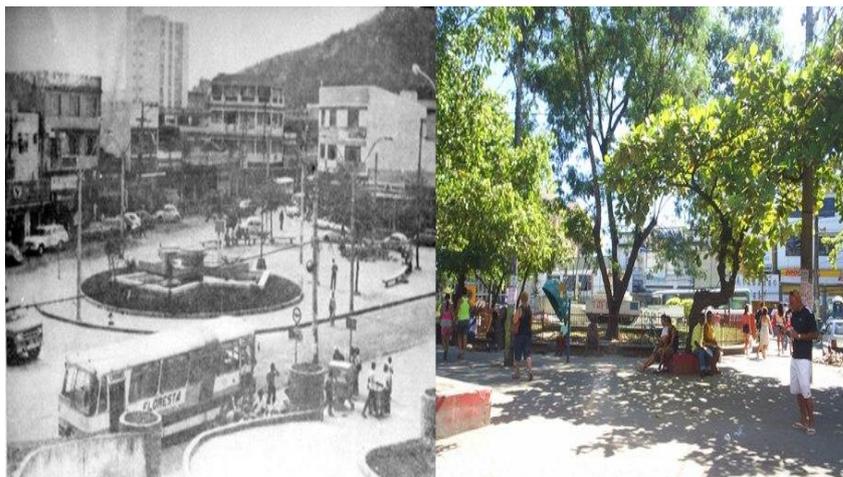
Assim como a Igreja Nossa Senhora da Conceição, localizada no bairro Pacheco, o cemitério do bairro possui a mesma data de origem: o ano de 1842. O terreno para a construção tanto da igreja quanto do cemitério, 50 braças de terras (em torno de 91 metros), foi doado por Lourenço Lopes de Jesus. Segundo Jorge Cesar Pereira Nunes (2018)⁶, uma curiosidade a respeito do cemitério é que, segundo uma lenda, ele guarda o coração do Barão de São Gonçalo em um monumento (a herma da imagem acima). E que por muito pouco não foi destruído.

Outro ponto interessante a respeito do cemitério é que durante alguns anos havia uma escola municipal em sua área. Apelidada de “caveirinha”. Hoje essa escola se encontra em outro local, mais próximo ao cemitério, e o apelido permanece.

Assim, pudemos levar os alunos a conhecer a história do bairro, a origem tanto da igreja quanto cemitério que são do mesmo período de origem. Tal como as alterações que ocorreram no local.

⁶ Jorge Cesar Pereira Nunes é ativista político em São Gonçalo. Graduado em Direito pela UFF. Jornalista e pesquisador em História de São Gonçalo. Autor dos livros: “A criação de municípios no Estado do Rio de Janeiro” (1992), “Chefes de Executivo e Vice-Prefeitos de São Gonçalo” (2009), “Dirigentes Gonçalense - Perfis” (2012), “Os nossos símbolos cívicos e a saúde Pública 1820-1940” em “São Gonçalo em Perspectiva” (2013).

Figura 30 – Shopping Pátio Alcântara (1)



Fonte: Blog Arte in campus, reproduzida por Renato Amaral de Almeida (2011). Disponível em: <http://ifrjartesquimica.blogspot.com/2011/07/praca-de-alcantara-rodo-do-alcantara.html>. Acesso em: 21/12/23.

Figura 31 – Shopping Pátio Alcântara (2)



Fonte: Autoria não identificada. Disponível em: <https://www.guiasaogoncalo.com/shoppings/patio-alcantara/patio-alcantara-na-semana-santa/>. Acesso em: 21/12/23. Localização: Praça Carlos Gianelli, s/nº – Alcântara. Propriedade: NIAD Shopping Centers.

O Shopping Pátio Alcântara fica localizado no centro do bairro Alcântara. Inaugurado em 1º de novembro de 2013, onde ficava a antiga praça Carlos Gianelli. Sua construção chama a atenção de quem chega ao bairro, pois se destaca das demais.

O shopping concentra lojas que movimentam o comércio da região, assim como um terminal rodoviário da empresa Mauá.

A construção do shopping gerou uma grande polêmica no município, visto que a praça Carlos Gianelli, um espaço público, foi destruída para a construção de um empreendimento nesse caso privado.

O shopping Pátio Alcântara é um notável atrativo já que apesar do grande número de lojas e comércios, o bairro ainda não possuía um shopping. Ele funciona como um espaço cultural onde ocorrem eventos como shows, além de ações do poder público, como campanhas de vacinação.

Várias pessoas circulam no Shopping Pátio Alcântara, logo, podemos considerá-lo um espaço de encontro, uma vez que além das lojas e do terminal, também encontramos a praça de alimentação com lanchonetes e restaurantes.

Pôde-se então observar as transformações que ocorreram no bairro Alcântara, visto que é a área de comércio mais próximo aos alunos. Com a ressalva quanto à Praça Carlos Gianelli, que já não existe mais e em seu lugar temos o Shopping Pátio Alcântara. O que torna propício pensar na transformação/apropriação de um espaço: de público para privado.

Figura 32 – Trade Center Alcântara (Prédio do Relógio)



Fonte: Vagner Rosa (2010). Disponível em: <https://grandealcantara.blogspot.com/2010/08/um-exemplo-ser-seguido.html>. Acesso em 20/12/23. Localização: Yolanda Saad Abuzaid, 150 – Alcântara. Propriedade: Trade Center Alcântara.

Trade Center Alcântara é um importante Edifício Comercial do Bairro de Alcântara, mais conhecido popularmente como Prédio do Relógio. Foi o primeiro

prédio comercial de Alcântara e abriu suas portas no dia 28 de abril de 1980. É popularmente conhecido por esse nome por ter um relógio marcando as horas na sua fachada.

Por ser localizado também no centro do bairro, o prédio é frequentado por diversas pessoas da região que lá encontram lojas, barbearias, dentistas, uma pequena praça de alimentação e também diversos laboratórios, consultórios médicos, entre outros estabelecimentos. Assim como o Shopping Pátio Alcântara, é uma construção de destaque no cenário do bairro e que chama a atenção de quem passa pela região.

Sendo o primeiro prédio comercial de Alcântara, é importante compreendê-lo como um elemento de mudança urbanística que ocorreu no município de São Gonçalo. Com destaque para o bairro de Alcântara e o seu comércio.

Figura 33 – Fazenda do Engenho Novo



Fonte: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/sao-goncalo-fazenda-do-engenho-novo/#!/map=38329&loc=-22.833132301805822,-42.93114143911418,17>. Acesso em: 20/12/2023. Localização: Estrada José Souza Porto – Monjolos, São Gonçalo – RJ. Propriedade: Poder Público.

Localizada no bairro de Monjolos, a Fazenda do Engenho Novo remonta aos séculos XVIII e XIX. Na época, uma obra importante para o desenvolvimento econômico do município de São Gonçalo como produtora de cana de açúcar, laranja e abacaxi para o exterior.

Em 1830 passa a ter como proprietário o famoso Belarmino Ricardo Siqueira, o Barão de São Gonçalo. Muito amigo de D. Pedro II, Belarmino o recebia como hóspede em sua fazenda quando o imperador visitava a Freguesia de São Gonçalo.

Além de ter sido visitada pelo imperador, já no século XX a fazenda tornou-se a sede da primeira corrida automobilística do Rio de Janeiro, promovida pelo Automóvel Clube. O local também foi cenário para as gravações do filme “Álbum de

Família” e da minissérie “Memorial de Maria Moura”, produzidas pela Rede Globo Televisão.

Devido ao abandono e descaso do poder público, a fazenda tem se deteriorado, tanto pela ação do tempo como por ações criminosas, registrando-se o furto de objetos como utensílios e moveis, bem como janelas e portas arrancadas. No ano de 1995, ocorreu um incêndio que destruiu praticamente todo o casarão da fazenda. Alguns anos depois, houve uma tentativa de restauração do casarão, porém não se mantiveram as características originais. Em 1998, ocorreu o tombamento da Fazenda Engenho Novo pelo Instituto Estadual do Patrimônio Estadual (INEPAC), processo nº E 18/000 662/98. Porém não houve um aproveitamento do espaço para que fosse preservado.

Atualmente, a fazenda se encontra em total estado de abandono e o que encontramos lá são apenas ruínas de um dos patrimônios históricos de São Gonçalo.

Podemos então, em virtude desse patrimônio já consagrado no município, questionar a não valorização de um bem histórico, tanto pelo poder público como pela população.

Figura 34 – Fazenda Colubandê



Fonte: Daniel Picapau (2016). Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Fazenda_Colubandê. Acesso em: 21/12/2023. Localização: Rodovia Amaral Peixoto Km 10 – Colubandê, São Gonçalo – RJ. Propriedade: Poder Público.

Parte da sesmaria doada ao colonizador Gonçalo Gonçalves, a Fazenda Colubandê teve a sua casa grande construída no século XVII por Catarina Siqueira, atual proprietária do Engenho Nossa Senhora de Mont’Serrat. Depois chamado de Engenho Colubandê.

Ainda durante a sua construção, a fazenda foi vendida para o judeu Benamyn Benevitis, que se converteu ao cristianismo para fugir da Inquisição e recebeu o

nome de Ramires Duarte Leão. Embora convertido ao cristianismo, continuou a praticar o judaísmo, além disso, trouxe judeus perseguidos de outros países para áreas próximas ao engenho.

Com a morte de Ramires Duarte, a fazenda passou para sua esposa e posteriormente seus filhos, também perseguidos pela Inquisição, sendo eventualmente presos pelo Santo Ofício. A fazenda foi confiscada em 1713 pela Igreja e entregue aos jesuítas. O último proprietário do local foi o supracitado Coronel Belarmino Siqueira, o Barão de São Gonçalo, cuja família residiu lá até 1968.

A fazenda foi tombada em 23 de março de 1940 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A fazenda foi desapropriada em 19 de novembro de 1969 pelo antigo Governo do Estado do Rio de Janeiro, destinada à ocupação do Corpo de Policiamento Militar. Em 1988, as suas instalações passaram a ser sede do Batalhão da Polícia Florestal e do Meio Ambiente. Em 2012, o batalhão foi transferido para uma nova sede e a fazenda desocupada. Após a saída do batalhão a fazenda entrou em estado de abandono e degradação. Passados cinco anos, o Batalhão de Polícia Florestal e do Meio Ambiente retorna à fazenda, onde se estabelece até os dias atuais.

Assim como a fazenda do Engenho Novo, esse é um bem já consagrado pelo município que produz reflexões sobre os seus momentos de abandono pelo poder público, tal qual nos faz analisar as formas de utilização do seu espaço atualmente.

Figura 35 – Igreja Matriz de São Gonçalo de Amarante



Fonte: Renan Otto/Luiz Carvalho (2022). Disponível em: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/sao-goncalo-completa-443-anos-de-fundacao-nesta-quarta-feira>. Acesso em 20/12/23. Localização: Alameda Pio XII, 86 – Zé Garoto, São Gonçalo. Propriedade: Arquidiocese de Niterói.

Para alguns historiadores, a construção da Igreja Matriz de São Gonçalo do Amarante se deu no ano de 1579, quando Gonçalo Gonçalves recebeu a propriedade de Sesmaria do Rio Suassunhão, localizada entre o Rio São Lourenço e a atual praia das Pedrinhas. Ao renomear as terras para São Gonçalo, padroeiro de sua terra natal em Portugal, Gonçalo Gonçalves mandou construir uma capela em homenagem ao Santo, onde fica atualmente a Igreja Matriz de São Gonçalo.

Originalmente construída em taipa, a capela ficava às margens do rio Imboaçú. Foi elevada à categoria de paróquia em 1643, ato confirmado por alvará régio em 1647 quando o primeiro pároco tomou posse.

Originalmente a igreja possuía o estilo barroco. Entretanto, nos anos de 1970 a Igreja passou por diversas reformas após ter seu piso e paredes de madeira infestados por cupins. Substituídos assim por concreto, ferro e azulejo, atualmente possui o estilo neoclássico.

Em 2012, a Igreja inaugurou placas da via sacra que saem do seu pátio até um cruzeiro em um morro próximo. Em 2015, passou por novas reformas e hoje ocorrem obras de restauração.

A Igreja Matriz, localizada em um dos centros do município de São Gonçalo, é conhecida por grande parte de seus habitantes e é um referencial da cidade. Uma marca da religiosidade e do Catolicismo presente no município. Razão para

reconhecer a sua importância para a fundação da cidade, em um resgate da memória e história do município.

4.4 Sala 4: Festas e Acontecimentos

Seguindo na nossa jornada, chegamos à sala “Festas e Acontecimentos”. Essa sala apresenta alguns acontecimentos e festividades que ocorrem no município de São Gonçalo. Não se tratam somente de eventos oficiais ou religiosos, mas também de eventos nos quais a população local se encontra e se diverte. Festividades marcantes que destacam a cultura ali presente e que muitos não valorizam. São traços que fazem parte da história do município.

Figura 36 – Desfile cívico-militar



Fonte: Arquivo/Renan Otto e Luiz Carvalho (2023). Disponível em: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/sao-goncalo-realiza-desfile-civico-militar-na-proxima-sexta-feira>. Acesso em: 20/12/23.

O desfile cívico-militar marca as festividades de comemoração de aniversário da cidade de São Gonçalo, celebrado no dia 22 de setembro. O evento conta com a apresentação de instituições militares e assistenciais, entidades representativas das sociedades civis e escolas do município, concentrando centenas de pessoas para assistir à apresentação oficial.

No dia da solenidade, ruas do centro do município são fechadas e podemos ver a apresentação das escolas, tanto públicas como privadas, com suas bandas e suas performances.

Ressaltar o desfile cívico do município tem como objetivo fazer um paralelo com os desfiles antigos, tanto do município como do Brasil, fora pensar nas mudanças e permanências existentes.

Figura 37 – Tapete de sal (1)



Fonte: Ascom (2023). Disponível em: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/saogoncalo-se-prepara-para-a-celebracao-de-corpus-christi/>. Acesso em 20/12/23.

Figura 38 – Tapete de sal (2)



Fonte: Aline Gomes/Arquivo Pessoal.

A confecção do tapete de sal é um evento que marca as celebrações de Corpus Christi na cidade. Considerado o maior tapete de sal da América Latina, o tapete de São Gonçalo se estende da Rua Coronel Moreira César, no bairro Zé Garoto, até a Rua Nilo Peçanha, à altura do Clube Mauá, no Centro. Essa festividade atrai uma multidão para ver os tapetes confeccionados. Além do sal, outros produtos são utilizados como borra de café, pedrarias, tintas, corantes e serragem.

O Corpus Christi é um evento oficial religioso do calendário católico que significa “Corpo de Cristo”. Esse ato simboliza o registro da Bíblia no qual é narrado que na quinta-feira antes de sua morte, Jesus ceou com seus discípulos, partindo o pão e compartilhando o vinho. Esse evento ocorre 60 dias após a Páscoa.

Reconhecido como o maior tapete da América Latina, destacar tal cerimônia é pensar na religiosidade presente no município, bem como na construção dessa tradição e de sua permanência.

Figura 39 – Festa de Nossa Senhora da Conceição (1)



Fonte: Autoria não identificada. Disponível em:

https://www.facebook.com/pnscpacheco/?locale=pt_BR. Acesso em 20/12/23.

Figura 40 – Festa de Nossa Senhora da Conceição (2)



Fonte: Autoria não identificada. Disponível em:
https://www.facebook.com/pnscpacheco/?locale=pt_BR.
Acesso em 20/12/23

No dia 8 de dezembro se comemora a festa da padroeira da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, no bairro Pacheco. A celebração começa no dia 28 de novembro e vai até o dia 8 de dezembro, quando ocorre uma procissão por ruas próximas à Igreja. Nesse dia pela manhã, ocorre a alvorada, ou seja, a queima de fogos em celebração aos festejos.

Esse é um evento importante do bairro que atrai diversas pessoas para assistirem às missas e participarem da procissão. Muitos funcionários e alunos da escola participam das comemorações já que frequentam a igreja. Além disso, sempre há a presença de um circo ou parque de diversões durante as comemorações da padroeira. Desse modo, os festejos da santa são um momento de lazer e convivência entre as pessoas do bairro.

Ao salientar a festa da padroeira da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, temos como proposta refletir o papel dessa festividade para o bairro. Bem como a participação da comunidade nos festejos, protagonizando um momento de confraternização entre as pessoas.

Figura 41 – Carnaval de rua (1)



Fonte: Autoria não identificada (divulgação). Disponível em: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/carnaval-tem-balanco-positivo-em-sao-goncalo/>. Acesso em 20/12/23.

Figura 42 – Carnaval de rua (2)



Fonte: Vagner Rosa (2012). Disponível em: <https://territoriogoncalenseprovisorio.wordpress.com/2012/02/19/a-grandiosidade-do-bloco-das-piranhas-de-sao-goncalo/>. Acesso em 20/12/23.

O carnaval de rua é uma festa que ocorre em várias regiões do país. Em São Gonçalo não é diferente. Durante o período de carnaval, o município promove a folia em várias partes do seu território. Várias ruas são fechadas para que a população possa se divertir e “pular” o carnaval.

O registro do carnaval de rua serve para pensar na festa de ontem e hoje, sobre como esse evento pode ser conservado enquanto uma tradição do município. Tem-se ressaltado que o carnaval é um patrimônio cultural do país, por que não

trazer isso para o carnaval de rua do município de São Gonçalo? Esta que é uma festividade na qual se apresenta a diversidade cultural do país e o estabelecer de relações de pertencimento.

Figura 43 – Festival de Pipas no Clube Mauá



Fonte: Autoria não identificada. Disponível em: <https://www.facebook.com/pipacombate/posts/769170066616689/>. Acesso em: 21/12/23.

O festival de pipas é um evento que ocorre no Clube Mauá e reúne centenas de pessoas. Esse evento atrai muitos jovens da cidade, que se reúnem no local para se divertirem soltando pipas.

Soltar pipa é algo que muitos jovens fazem em seu momento de lazer e trazer isso à tona é apresentar para eles que uma simples brincadeira também pode ter o

seu registro preservado. Seja por meio de um quadro famoso ou de um registro importante do município.

Figura 44 – Folia de Reis (1)



Fonte: Renan Otto (2023). Disponível em: <https://www.pmsg.rj.gov.br/fofia-de-reis-na-lona-cultural-do-jardim-catarina/>. Acesso em: 21/12/23.

Figura 45 – Folia de Reis (2)



Fonte: Autoria não identificada. Disponível em: <https://www.osaogoncalo.com.br/geral/60758/sao-goncalo-tera-festa-da-fofia-de-reis-no-proximo-sabado-20>. Acesso em: 21/12/23.

O que é a Folia de Reis? É uma festa tradicional da cultura brasileira. Ela está associada à tradição cristã de origem portuguesa e espanhola, que provavelmente foi trazida para o Brasil no século XIX. É celebrada durante doze dias e relembra a

viagem e visita dos reis magos ao menino Jesus. Ocorre entre os dias 24 de dezembro e 6 de janeiro.

Ao destacar a folia de reis, procuramos apresentar uma festa folclórica da cultura brasileira que também existe mundo afora. Muitos municípios desconhecem esse evento. Logo, é relevante refletir sobre como uma festa de origem europeia foi trazida e apropriada em nosso país e em nosso município, sobretudo porque no caso da folia esta é considerada um patrimônio cultural imaterial em algumas regiões do país.

Figura 46 – Festa do Padroeiro São Gonçalo do Amarante



Fonte: Autoria não identificada. Disponível em:
https://www.facebook.com/vozdoamarante/photos?locale=pt_BR.
Acesso em: 21/12/23.

No dia 10 de janeiro é comemorado o dia do Padroeiro do município de São Gonçalo, São Gonçalo do Amarante. Os festejos ocorrem na Igreja Matriz e fazem parte do calendário oficial do município, sendo o dia um feriado municipal.

As comemorações contam com missas, shows com a presença de cantores e uma procissão.

São Gonçalo é um santo de origem portuguesa que também é invocado como um santo casamenteiro, além de ser padroeiros dos violeiros.

A cidade recebeu esse nome devido ao seu colonizador Gonçalo Gonçalves ser devoto do santo. Ao destacar a festa do padroeiro busca-se conhecer a história de fundação do município e a origem do seu nome, construindo identidades e laços de pertencimento entre os sujeitos no processo.

4.5 Sala 5: Lugares

Finalizando o nosso percurso, chegamos à sala “Lugares”. Nessa sala encontramos locais que se destacam por sua paisagem, natureza ou história. São locais que muitos talvez desconheçam do município.

A proposta foi privilegiar não só a história, mas conhecer também um pouco da geografia local. Pode parecer que São Gonçalo não tem nada além de violência e abandono do poder público, mas se olharmos mais profundamente vislumbramos lugares lindos.

Figura 47 – Alto do Gaia

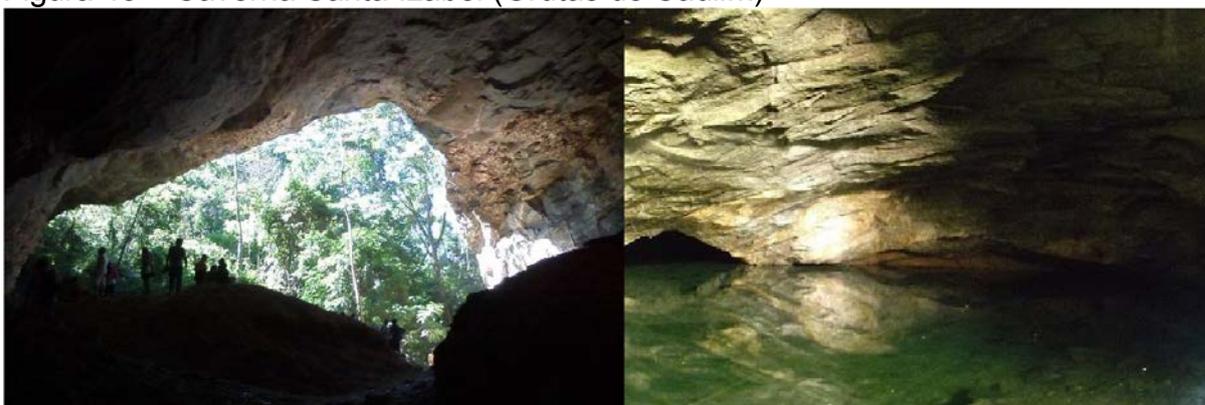


Fonte: Autoria não identificada. Disponível em:
<https://www.facebook.com/profile.php?id=100077512426888>. Acesso em: 21/12/23.

O Alto do Gaia é o ponto mais alto do município de São Gonçalo e fica localizado no bairro de Santa Izabel, dentro da Fazenda Santa Edwiges. Do seu cume é possível observar São Gonçalo e outros municípios como Itaboraí, Maricá e a Área de Proteção Ambiental de Guapimirim. Para chegar ao cume é necessário fazer uma caminhada de aproximadamente 2h30min.

Apresentar esse local é fazer com que os alunos conheçam melhor a cidade, descobrindo belas paisagens. Além de perceberem que para se tornar um patrimônio não precisa necessariamente ser um objeto ou uma construção antiga, também pode ser uma paisagem natural, considerada um patrimônio natural.

Figura 48 – Caverna Santa Izabel (Grutas de Caulim)



Fonte: Autoria não identificada. Disponível em:
<https://www.facebook.com/profile.php?id=100068048238201&sk=about>. Acesso em: 21/12/23.

As Cavernas de Santa Izabel, ou Grutas de Caulim, estão localizadas na mesma Fazenda Santa Edwiges do bairro de Santa Izabel. Compõe-se de 22 cavernas que na verdade não são cavernas naturais. Estas se originaram por conta da escavação de rocha calcária que em outra época ocorria no local, atividade de mineração por sua vez desativada após atingirem o lençol freático e desencadearem uma inundação. Para chegar até às cavernas é necessário uma caminhada de aproximadamente 50 minutos.

Ao apontarmos as Cavernas de Santa Izabel, pretendemos mostrar não só a história do município, mas também destacar a sua geografia. Para preservar algo é necessário que se conheça.

Figura 49 – Praia das Pedrinhas (1)



Fonte: Autoria não identificada. Disponível em: <https://www.facebook.com/p/PRAIA-DAS-Pedrinhas-sg-100055666305825/>. Acesso em: 21/12/23.

Figura 50 – Praia das Pedrinhas (2)



Fonte: Vagner Rosa (2017). Disponível em: <https://territoriogoncalense.blogspot.com/2017/06/belissimas-imagens-aereas-da-praia-das.html>. Acesso em: 21/12/23.

Situada no bairro Boa Vista, a Praia das Pedrinhas fica às margens da Baía de Guanabara. Uma área tradicional de colônia de pescadores, é também um espaço de lazer de muitos gonçalenses.

Apesar de suas águas não serem próprias para o banho de mar, é possível aproveitar o local apreciando o pôr do sol e a paisagem com os barquinhos. Além de degustar a gastronomia dos bares locais.

Apresentar a Praia das Pedrinhas é destacar mais um local do município que na maioria das vezes não é reconhecido por seus moradores. Tal como realçar as transformações pelas quais o local passou ao longo do tempo, principalmente com a

construção da BR-101. Transita-se, pois, do seu abandono à sua revitalização, possibilitando valorizar esse espaço, apropriar-se dele e preservá-lo. Ao cabo, criando memórias e o sentimento de pertencimento ao reconhecê-lo como representante de uma identidade.

Figura 51 – Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno (1)



Fonte: Autoria não identificada. Disponível em: <https://jornalogoncalense.com.br/apa-do-engenho-pequeno-biodiversidade-e-lazer-em-sao-goncalo/>. Acesso em: 21/12/23.

Figura 52 – Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno (2)



Fonte: Ascom (2021). Disponível em: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/apa-do-engenho-pequeno-biodiversidade-e-lazer-em-sao-goncalo/>. Acesso em: 21/12/23.

A Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno fica localizada no bairro de mesmo nome e foi criada em julho de 1991, nas terras da antiga Fazenda do Engenho Pequeno.

Possui uma grande biodiversidade, com uma variedade de espécies da fauna e flora da Mata Atlântica. É possível fazer visitas ao local, além de caminhadas e passeios de bicicleta.

A natureza é um bem que também precisa ser preservado. Por isso, conhecer e utilizar esse espaço é uma forma do indivíduo se apropriar, dar-lhe sentido e protegê-lo.

Figura 53 – Ilha das Flores



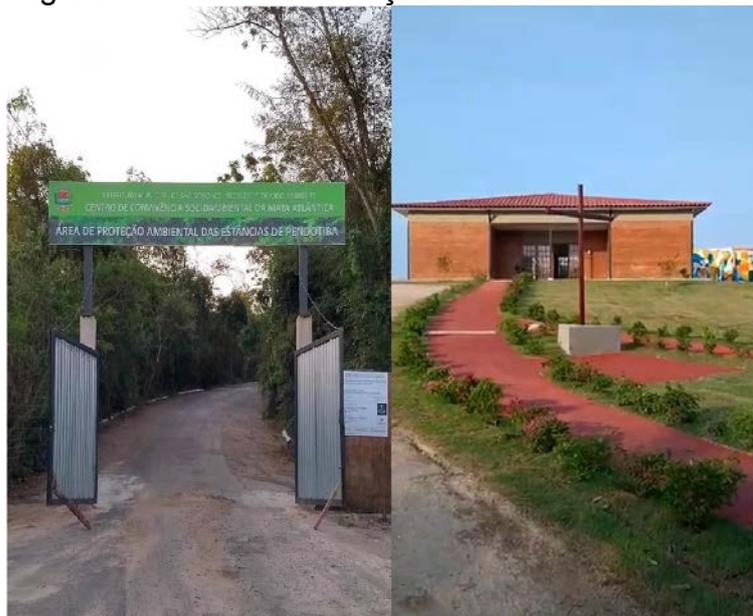
Fonte: Pedro Gonçalves Henrique e Claudio Tostes (2022), respectivamente. Disponível em: <https://www.facebook.com/curtosg/posts/pfbid0TBRdadJvpRi3TsCKvGMKwqEngARTJaXvBd5SQXvX4eWAZiBJuX5kLUfVDx4suZm6l>. Acesso em: 21/12/23.

Pouco conhecida por seus moradores, a Ilha das Flores é um marco histórico da imigração no país. A Hospedaria de Imigrantes na Ilha das Flores foi criada em 1883 e o local recebia pessoas de diversas regiões. Sua posição geográfica ajudou para que o local fosse escolhido devido ao seu isolamento. Por ser um local de passagem dos imigrantes na cidade do Rio de Janeiro, que na época sofria com epidemias, e por sua proximidade com a Corte e com Niterói, facilitou o deslocamento dos imigrantes para outros destinos.

Hoje em dia, o local é ocupado pela Tropa de Reforço dos Fuzileiros Navais, da Marinha do Brasil e lá funciona ainda o Museu da Imigração da Ilha das Flores.

Pretendeu-se assim destacar esse local como um patrimônio histórico de São Gonçalo, fazer com que ele fosse reconhecido pelos seus moradores, apresentando sua importância para a história da imigração no país. Símbolo que reflete as questões de deslocamento populacional tão presentes nos dias de hoje.

Figura 54 – Área de Proteção Ambiental de Maria Paula



Fonte: Bruno Freedom (2021). Disponível em: <https://www.facebook.com/curtosg/posts/249052520152217/>. Acesso em: 21/12/23.

A Área de Proteção Ambiental de Maria Paula, ou APA Estância de Pendotiba, é mais um local que merece destaque dentro do município. Criada em 2018 e aberta ao público em 2020. Possui uma área de soltura de animais silvestres (ASAS), e um projeto de reflorestamento da Mata Atlântica, além de brinquedos e equipamentos de ginástica. Também é propício para caminhadas, proporcionando um espaço de lazer e diversão.

Segundo o Jornal “O São Gonçalo” (2023), a APA surgiu para requalificar um lugar com um histórico de extrema violência e hoje se tornou um espaço de lazer, cultura e integração com a natureza no município de São Gonçalo.

Refletindo sobre essa observação, podemos atentar para como um espaço pode ser transformado e apropriado pela população, passando a ter um significado para as suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração desta dissertação foi realizada em um prazo além do previsto. Cronologicamente, alguns podem até dizer que foi tempo demais, afinal ultrapassou o tempo usual do mestrado. Entretanto, devemos levar em consideração que o curso começou em meio a uma pandemia, relativizando a nossa percepção do tempo.

A demora na escrita desta dissertação teve relação não somente com a pandemia, mas com outras demandas atribuídas à nós mulheres. Trabalhar fora, cuidar de casa, ser mãe e dar atenção ao companheiro são algumas das tarefas que carregamos, tornando o trabalho acadêmico muito mais árduo. Ainda assim, até em momentos de lazer ou em conversas com amigos e familiares a dissertação sempre esteve presente.

Particularmente, o momento final de escrita foi bem complicado. Eu me vi durante várias noites, enquanto minha filha dormia, entrando pela madrugada para escrever umas poucas linhas, já que o cansaço da maternidade se mostrava evidente.

A despeito dessa tarefa difícil que foi concluir o mestrado, parecendo que durou muito e pouco ao mesmo tempo, vejo-me neste momento escrevendo as considerações finais da dissertação. E a sensação de que essa etapa está quase concluída vai aparecendo no horizonte.

Através desta dissertação fica visível a difícil tarefa que tem o professor de História, independente de qual seja o seu segmento, para desconstruir as formas de ensino e de se aprender História face ao que está tão enraizado entre nós. Tendo consciência da importância do ensino de História, procurei nessa proposta também demonstrar como o local pode contribuir para aproximar a relação entre o ensino e a aprendizagem. E, desse jeito, tornar o que se aprende mais significativo aos alunos, graças à relação direta com os espaços que os rodeiam.

Esta proposta pedagógica nasceu a partir da minha experiência profissional e dos questionamentos em relação às formas de ensino ainda tão enraizadas, nas quais o aluno é um ator passivo diante do conteúdo que lhe é despejado. Como já mencionei em outro momento, a história está em todos os lugares, nas edificações, nas casas, nas ruas – está em tudo – e os alunos devem compreender que o seu ensino também pode ser feito fora dos muros da escola.

A elaboração de um acervo histórico e cultural do município possibilitaria apresentar aos estudantes que eles podem fazer parte do processo de construção do conhecimento histórico e que a escola pode ser vista como um espaço de produção desse conhecimento. A História não seria mais percebida como algo distante e/ou sem relação com o aluno, mas como parte dele.

Por meio dessa aproximação, creio que o aluno sinta-se participante do processo de construção do conhecimento histórico, isto é, perceba-se sujeito da história. E que compreenda a disciplina de uma maneira diferente, como algo naturalmente presente em sua vida.

Relacionar história local, memória e patrimônio ao ensino de História pode propiciar ao aluno a construção de laços de identidade e pertencimento com os que estão ao seu redor compartilhando do mesmo espaço. Ao discernir que a História não é só a nacional, mundial ou de grupos privilegiados como consta nos livros didáticos, os estudantes compreendem que existem outras memórias e histórias em diversos lugares; ou em um mesmo lugar, porém silenciadas por uma história oficial. Bem como, compreendem que podem se apropriar de espaços e objetos que têm como característica tradicional a história de uma elite, dando novos sentidos e significados para esses bens que muitas vezes estão ao alcance deles. Além, é claro, de proteger os patrimônios já consagrados.

Se o objetivo do ensino de História é formar indivíduos autônomos e com capacidade crítica, que saibam lidar com as diferenças, então trabalhar com a História Local a partir da construção de um acervo sobre o município é uma das alternativas de auxílio na formação desses sujeitos. Mediante ela, abre-se a possibilidade do aluno conhecer diferentes experiências sociais, espaços e temporalidades além das já consagradas e “monumentalizadas”.

Diante das dificuldades descritas e das alterações que ocorreram até a finalização desta dissertação, acredito que com a proposta apresentada é possível chegar a um ensino de História transformador. Tanto para o aluno como para o professor. Nenhuma aula é igual, nós sempre temos que mudar algo aqui ou ali de acordo com as demandas da turma. Todavia, essas mudanças afetam não só os alunos, mas inclusive a nós mesmos ao termos que repensar diariamente as nossas práticas. Pode parecer que as expectativas não foram atingidas, mas isso também faz parte do processo de construção do conhecimento. Hoje posso dizer que não sou mais aquela mesma professora Aline que começou o ProfHistória em 2020.

As discussões aqui apresentadas buscaram explorar uma parte do vasto campo de estudo em que se relaciona ensino de História, memória e patrimônio. Estas são apenas algumas das temáticas debatidas atualmente. Espero que esta dissertação ao ser lida por algum aluno do ProfHistória possa servir de inspiração e contribuir para o desenvolvimento de um ensino de História significativo e transformador.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BERNARDES, Erick. *A vocação terapêutica do bairro Pacheco*. Matéria no Jornal Daki. 22 de dez. de 2019. Disponível em: <https://www.jornaldaki.com.br/a-vocação-terapêutica-do-bairro-pacheco-por-erick-bernardes>. Acesso em: 20/12/2023.

BRASIL. *Constituição (1937). Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1937.

BRASIL. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. *Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000*. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 01/01/2024.

BRASIL. *Estatuto da Criança e Adolescente*. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2014

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular – BNCC – 3ª versão*. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA – *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM)*: Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: MEC/ SEB, 2000.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA – *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCN+ ENSINO MÉDIO)*: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: MEC/ SEB, 2002.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL – *Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia – Primeiro e Segundo Ciclos do Ensino Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL – *Parâmetros Curriculares Nacionais – Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental*: História e Geografia. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BURKE, Peter. *História com memória social*. In: BURKE, Peter. Variedades de História Cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CAIMI, Flávia Eloisa. *Cultura, memória e identidade: o ensino de História e a construção de discursos identitários*. In: Cristiani Bereta da Silva; Ernesta Zamboni. (Org.). Ensino de história, memória e culturas. 1.ed. Curitiba: Editora CRV, v. 1, p. 17-33. 2013.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Tradução de: Maria Letícia Ferreira. 1. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

CASCO, Ana Carmen Amorim Jara. *Educação Patrimonial e Sociedade*. Patrimônio: Revista Eletrônica do IPHAN.N. 03, Jan – Fev. 2006. Disponível em:<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=526>> Acesso em 20 mar. 2016.

CATROGA, Fernando. *História, memória, historiografia*. Lisboa: Quarteto, 2001. 138. 1999.

CHAGAS, Mário. *Diabruras do Saci: museu, memória, educação e patrimônio*. In: Revista Brasileira de Museus e Museologia/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. Vol. 1 (2004) – Rio de Janeiro IPHAN, 2004 – v: il.

CHAGAS, Mário. *Direito à Memória*. Postagem no blog “Rede Museu, Memória e Movimentos Sociais”. 14 de setembro de 2010. Disponível em: <http://redemuseusmemoriaemovimentossociais.blogspot.com/2010/09/direito-memoria-mario-chagas.html>. Acesso em: 29/12/2023.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.

CIAM (Congresso internacional de Arquitetura Moderna). *Carta de Atenas*. Novembro de 1933. Repositório online do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Acesso em: 29/12/2023.

FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GIDALTE, Lara Ximenes. *Diálogos entre a História Local e o Ensino Fundamental – 2º segmento: propostas de inserção curricular em Casimiro de Abreu/RJ*. 2018. 91f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

GONÇALVES, Márcia. *História Local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância*. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Sousa (Org.). Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.

GRUNBERG, Evelina. *Manual de atividades práticas de educação patrimonial*. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *História, memória e patrimônio*. In: CHUVA, Márcia (Org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N. 34, Dossiê: História e Patrimônio. Brasília, DF: IPHAN, 2012.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de: Laurent Léon Schaffter. São Paulo, SP: Vértice, 1990.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN/ Museu Imperial, 1999.

IPHAN. *Educação Patrimonial no Programa Mais Educação*: Fascículo 1. Programa Mais Educação/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Brasília, DF, 2012.

JORNAL O SÃO GONÇALO. *Lazer e educação ambiental: conheça a APA de Maria Paula!* Escrito por Lara Neves e publicado em 07 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.osaogoncalo.com.br/cultura-e-lazer/136975/lazer-e-educacao-ambiental-conheca-a-apa-de-maria-paula>. Acesso em: 18/01/2024.

LAVILLE, Cristhian. *A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de história*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, nº 38, p.125-138. 1999.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LONDRES, Cecília. *O patrimônio Histórico na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: IHGB. *Revista Escritos* - Ano 166, n. 428, p. 165-175, jul./set. 2007.

NUNES, Jorge Cesar Pereira. *São Gonçalo: Cemitério, lugar de história e arte*. Texto publicado no blog Talhufar. 12 de abril, 2018. Disponível em: <https://tafulhar.wordpress.com/2018/04/12/sao-goncalo-cemiterio-lugar-de-historia-e-arte/>. Acesso em: 20/12/23.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

REVEL, Jacques. *Microanálise e construção do social*. In REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

REVEL, Jacques. *Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado*. *Revista Brasileira de Educação*. V. 15, n. 45, set./dez. 2010. p. 434 – 444.

REZNIK, Luís; ROCHA, Helenice; GONÇALVES, Marcia de Almeida; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Caixa de história: São Gonçalo. Guia do professor*. Niterói: Imprinta Express, 2006.

RIBEIRO, Erika Minas. *História oral e história do funk na escola*. 2018. 195 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

SANTANA, Mariely Cabral de. *Alma e Festa de uma cidade: devoção e construção da Colina do Bonfim*. EDUFBA, [S.l.], 2002.

SILVA JUNIOR, Acioli Gonçalves da. *Educação patrimonial, história local e ensino de história: uma proposta para o trabalho docente*. 2016. 183 f. Dissertação Mestrado Profissional em Ensino de História - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

SOUZA, Marciane de. *Ensino de História, Memória e Patrimônio: as (re) significações e percepções dos estudantes acerca dos Territórios Urbanos*. Dissertação Mestrado Profissional – Universidade Federal do Mato Grosso, Programa de Pós Graduação Profissional em Ensino de História, Cuiabá, 2019.

ZARBATO, Jaqueline Ap. M. *Textos e contextos da educação patrimonial e história regional: percursos metodológicos no ensinar história*. Revista Eletrônica Documento/Monumento [recurso eletrônico]. Vol. 17, n. 1, Cuiabá: UFMT/NDIHR, jul. 2016.